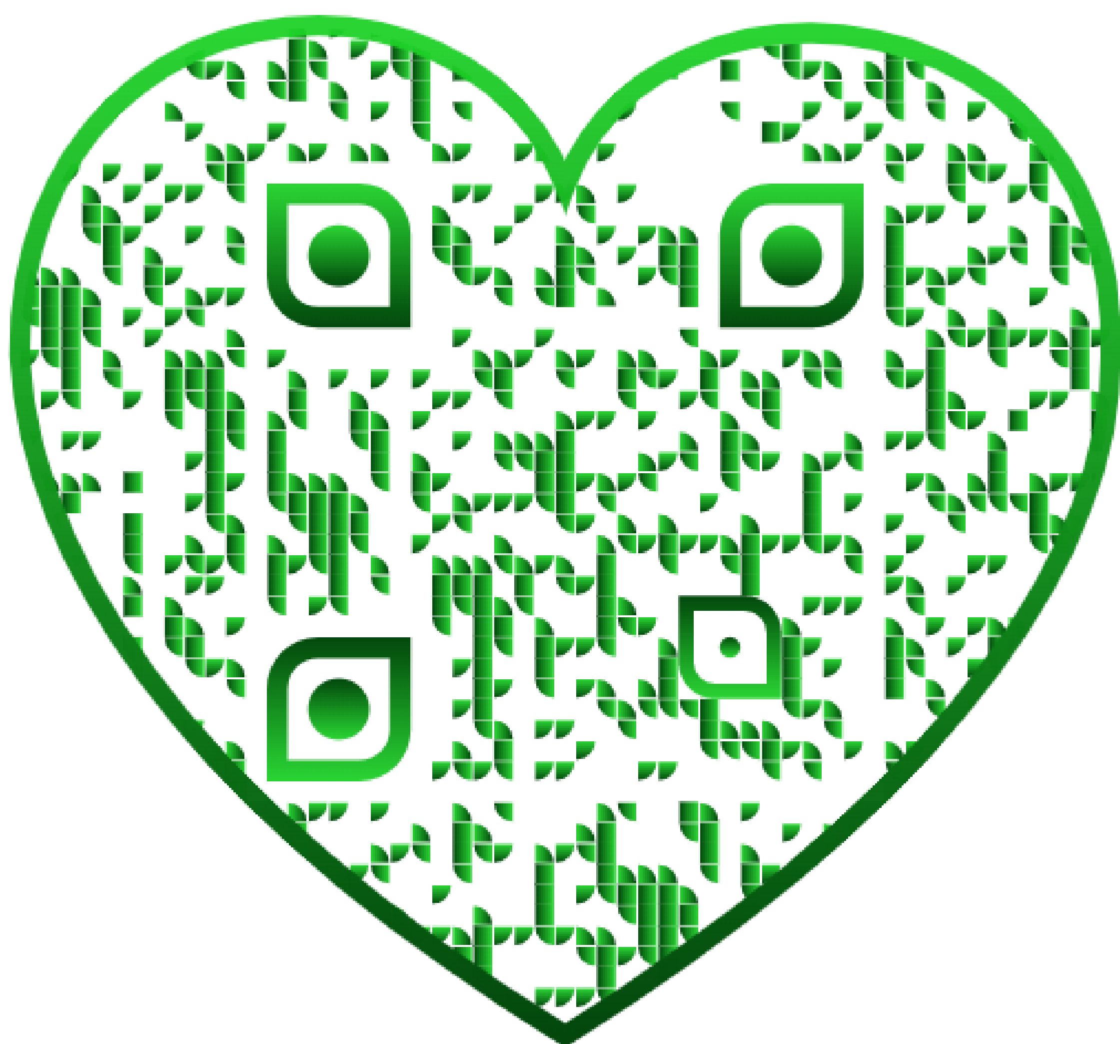
ADORAÇÃO ANARQUISTA

JAMES BEGG



A D O R A Ç Ã O   A N A R Q U I S T A

As Recentes Inovações Contrastadas com a Constituição da Igreja Presbiteriana e os Votos de Seus Oficiais

James Begg

O Presbiteriano



Direitos autorais © 2020 O Presbiteriano

Tradução e Edição: Rodrigo Varoni e Aline Mendes

E equipe autoriza e incentiva a distribuição gratuita deste livro, sendo vendas proibidas sem a nossa devida autorização. Para acesso ao material gratuito e outros materiais acesse: https://opresbiteriano.weebly.com/

PREFÁCIO

Antes de ler este livro, é importante que você esteja ciente do escopo do autor em escrever com tamanha seriedade e evidente preocupação quanto ao futuro da Igreja de seu país. James Begg escreve uma carta aos seus conterrâneos com o objetivo de alertá-los quanto as inovações que, aos poucos, estavam sendo introduzidas na Igreja, revelando a anarquia que viria a surgir se os oficiais ultrapassassem os limites que lhe foram impostos pelos votos que fizeram ao se tornarem ministros presbiterianos, mesmo em questões ditas "triviais" de culto.

A primeira parte deste livro é muito útil mesmo para a realidade da igreja presbiteriana de hoje, quando diversas inovações — tais como teatro, coros e bandas — são vistas não mais como algo inovador, mas como a regra. Begg cita cinco tipos de inovadores, diferenciando-os de acordo com seus objetivos. O leitor notará que o autor não deixa espaço, com base na Escritura, para qualquer inovação no culto a Deus.

Quanto à segunda parte, apesar de ser direcionada ao contexto da igreja escocesa, acreditamos que ainda seja útil ter acesso a tais informações a nível de conhecimento histórico da trajetória da igreja na adoção e rejeição de inovações. Essa parte é constituída, em sua maioria, de documentos e leis da igreja da Escócia, nos quais o autor procura defender que os ministros da Igreja não têm qualquer discricionariedade para adotar novas formas de culto, governo e disciplina, uma vez que, ao aceitarem tais padrões, estão sujeitos a eles — de igual modo, os ministros hoje ordenados estão sujeitos ao crivo dos padrões de fé da igreja presbiteriana. O foco principal de Begg nessa segunda parte são os intrumentos musicais — para muitos, indispensáveis no culto da Igreja de Cristo; o que é questionável, uma vez que foram introduzidos há tão pouco tempo e resistidos tão severamente pelos mais capazes teólogos.

O objetivo principal da publicação deste livro é trazer aos seus leitores o conhecimento da Reforma levado às últimas consequências, de acordo com padrões que evidenciam o testemunho histórico da igreja de Cristo, combatendo, assim, realidades tão normais à vista de sua época. Visamos contribuir para que haja uma unidade crescente na Igreja, sendo dirigida pela Palavra, a fim de que essa coragem em defender os princípios da adoração com base nas Escrituras seja aumentada nos corações dos cristãos, conclamando, através da obra do Espírito Santo, a ordem de Deus e afastando todo tipo de adoração anarquista.

EQUIPE O PRESBITERIANO

“Naqueles dias não havia rei em Israel, por isso cada homem fazia aquilo que era certo aos seus próprios olhos” (Juízes 17.6).

“É tanto certo quanto evidente para todos os homens que a paz e a felicidade públicas de qualquer estado ou reino não podem ser preservadas onde as leis, as liberdades e os costumes estabelecidos pela autoridade legal são abertamente transgredidos e anulados, mais especialmente onde a alteração da religião é empreendida”, etc. (Endereçado do Príncipe de Orange para a Escócia, 10 de outubro de 1638).

“Quando as nações estão a perecer em seus pecados / É na Igreja que a lepra se inicia”.

INTRODUÇÃO

TODO verdadeiro ministro do Evangelho é um vigia, bem como um pastor (cf. Ez 3.17-19; 33.1-9; Jr 3.15; 23.1,2), e todos os cristãos são obrigados a defender a verdade e a pureza (cf. CMW 108, 109, 144 e 145), a suportar as dificuldades como bons soldados de Jesus Cristo (cf. 2Tm 2.3,4) e a batalhar seriamente pela fé uma vez entregue aos santos (Jd 3). Quando os homens agem com outros princípios, o cristianismo nada mais é do que um nome, um "sal que perdeu o seu sabor" (Mt 5.13; Mc 9.50; Lc 14.34,35). Ainda assim, os homens brincam com a religião. Em meio a vazias profissões, alguns querem ter, num sentido ruim, "o melhor de dois mundos" e, ao invés de colidir com o pecado e a impiedade, correm falhos e silenciosamente nos trilhos opostos, a fim de evitar a colisão. Mesmo verdadeiros cristãos, algumas vezes, buscam antecipar o descanso do céu ao descansarem ilicitamente aqui. Tanto as virgens sábias quanto as tolas em certo momento "cochilam e dormem" (cf. Mt 25.1-13), esquecendo-se do solene aviso: "Ai de vós quando todos os homens falarem bem de vós! Porque assim faziam seus pais aos falsos profetas" (Lc 6.26).

O eminente falecido, Dr. James Buchanan, justamente disse:

> Muitos cristãos sinceros não gostam de controvérsias e, tão longe de se engajarem nelas, raramente podem permitir que outros o façam. Uma visão ampliada da história da Igreja Cristã deve servir para convencer tais pessoas de que, durante todo esse tempo, ela [a Igreja] tem sido como uma cidade sitiada, algumas vezes em perigo de ataques de seus inimigos de fora, quiçá, ainda mais frequentemente, de descuido ou traição de dentro; e que, em nenhuma era, a verdade foi tão mais gloriosamente revelada, ou alcançou mais nobres triunfos, do que quando os perigos convocavam uma vigorosa e varonil defesa. No estado militante da Igreja, como portadora pública do testemunho de Deus e de Sua verdade, em um mundo que se revolta por ambos, a permanência da controvérsia deveria ser esperada. Antes, que ela é designada, e isso também dentro da própria Igreja visível, por sábias razões nós temos a maior autoridade para acreditar. Deve "haver heresias", ou divisões, entre vós, para que aqueles que são aprovados sejam manifestos (cf. 1Co 11.19).

Nossos próprios dias têm fornecido abundantes ilustrações da verdade geral assim tão bem declarada, embora o pior esteja provavelmente ainda por vir. O ponto do ataque, de tempo em tempo, é variado, mas a luta continua inabalável.

Quando os homens cristãos se tornam, de algum modo, acostumados a defender uma posição verdadeira, o ataque é dirigido a outra, e, talvez, de um novo partido. Embora não devamos aventurar-nos em repartir a importância relativa a grandes princípios, pode ser seguramente afirmado que nada pode ser mais importante do que questões conectadas ao culto aceitável a Deus.

A questão do rei de Moabe deve sempre ser considerada com grande interesse por verdadeiros cristãos: "Com que me apresentarei diante do SENHOR, e me inclinarei diante do Deus altíssimo?" (Mq 6.6). Num momento, essa questão ocupou séria atenção na Escócia. Por dois séculos, ela foi sustentada como sendo praticamente estabelecida na Igreja Presbiteriana.

Mas agora ela é manifestamente sacudida por um partido inesperado e deve ser estabelecida novamente. Nossa objeção no presente é discuti-la em seus méritos essenciais:

1) em conexão com a Escritura; e

2) em conexão com a constituição da Igreja Presbiteriana e os votos dos seus oficiais.

I. QUAL É A DOUTRINA DA ESCRITURA, COMO ENTENDIDA PELOS PRESBITERIANOS, EM RELAÇÃO AO MODO ACEITÁVEL DE CULTUAR A DEUS?

A importância dessa questão, como praticamente estabelecendo todo o debate, não precisa ser discutida. O homem, enquanto pecador, como todos os verdadeiros cristãos admitirão, não tem qualquer direito de se aproximar da presença de Deus. A amizade que existia anteriormente no Éden foi quebrada pela Queda. Deus "expulsou o homem" (cf. Gn 3.24), e apenas Ele tem o direito de dizer se, e em quais condições, o homem novamente será permitido de aproximar-se de Seu trono. É uma manifesta presunção da parte das criaturas caídas ditarem a Deus sequer se haverá adoração ou que forma ela deverá assumir. Ao entrar nas côrtes dos monarcas terrenos, mesmo onde um direito de entrada é concedido, toda regra e forma da côrte devem ser cuidadosamente observadas, e isso deve ser ainda mais importante na entrada, por permissão graciosa, na imediata presença do Rei dos reis e Senhor dos senhores.

"*E observa para que os faças conforme o seu modelo, que te foi mostrado no monte*" (Êx 25.40; Nm 8.4; Hb 8.5), foi o comando de Deus a Moisés. "*Deus é grandemente temido na assembleia dos santos*" (Sl 89.7). É em conexão ao culto que a solene questão é perguntada: "*quem tem requerido isso de vossa mão?*" (Is 1.12). É em conexão ao segundo mandamento, que se refere ao modo do culto divino, que o Senhor diz: "*Eu o SENHOR teu Deus, sou um Deus zeloso, que visito a iniquidade dos pais sobre os filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me odeiam*" (Êx 20.5; Dt 5.9). Corá e seus companheiros foram engolidos por desconsiderarem a ordenança de Deus com respeito ao culto (cf. Nm 16). Foi em conexão a isso que Cristo expulsou os mercantes e compradores do templo (cf. Mt 21.12-14; Mc 11.15-17), e que Ele disse em outra ocasião: "*Em vão eles me adoram, ensinando por doutrinas os mandamentos dos homens*" (Mc 7.7).

É importante entender claramente o verdadeiro princípio bíblico do culto, como estabelecido por nossos reformadores, e distingui-lo de outras visões e falsificações. O princípio do culto puro, como sustentado por presbiterianos em oposição a outras teorias, é estabelecido claramente em nossos Padrões.

Na Confissão de Fé de Westminster, à qual os oficiais das Igrejas Presbiterianas estão sujeitos, é dito (cap. XXI, sec. 1): "O modo aceitável de adorar o verdadeiro Deus é instituído por Ele mesmo e tão limitado pela Sua vontade revelada, que não deve ser adorado segundo as imaginações e invenções dos homens ou sugestões de Satanás nem sob qualquer representação visível ou *de qualquer outro modo não prescrito nas Santas Escrituras*". Alguns que tentam evadi-la o fazem citando outra passagem (cap. I, sec. 6), onde é dito que "há algumas circunstâncias, quanto ao culto de Deus e ao governo da Igreja, *comum às ações e sociedades*

humanas, as quais têm de ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as regras gerais da Palavra, que sempre devem ser observadas". As duas qualificações aqui, no entanto, claramente definem o significado dessa afirmação, e provam que a sua citação é irrelevante. A passagem apenas se refere àqueles assuntos importantes que são "comuns às ações e sociedades humanas", e declara, ao mesmo tempo, mesmo em relação a tais assuntos, que tudo deve ser "de acordo com as regras gerais da Palavra, que devem sempre ser observadas".

O Catecismo Maior estabelece o princípio de que o segundo mandamento proíbe "todo o estabelecer, aconselhar, mandar, usar e aprovar de qualquer maneira qualquer culto religioso *não instituído pelo próprio Deus*" (CMW 109). O Breve Catecismo declara que o segundo mandamento "proíbe o adorar a Deus por meio de imagens, ou de qualquer outra maneira *não prescrita na sua Palavra*" (BCW 51).

Duas teorias de culto, como opostas às monstruosas corrupções do Papado, foram defendidas na Reforma. Uma foi de que nada deveria ser introduzido ao culto a Deus que fosse expressamente proibido na Escritura. Isso era muito, mas não o suficiente.

"A Igreja", como é dito, "tem poder de decretar ritos e cerimônias; [...] e ainda não é lícito à Igreja ordenar qualquer coisa que seja contrária à Palavra escrita de Deus". Isso, embora incorporando, como julgamos, uma afirmação infundada na medida em que se refere à "Igreja", é de verdadeira importância e um grande passo em avanço comparado com a escuridão e presunção do Papado, mas está longe de ser tudo o que é requerido para a segura pureza do culto.

Muitos presbiterianos no presente são tão profundamente ignorantes com respeito a toda essa controvérsia, que argumentam como se tal fosse o princípio de sua própria Igreja e da Escritura; e eles perguntam,com um tolo e estupefato ar de triunfo: onde Deus tem "proibido" a música instrumental e outras corrupções do culto sob a dispensação do Novo Testamento? Mas está claro que esse não é o nosso princípio, e que isso está muito longe do que é necessário para limpar o culto a Deus das corrupções e abusos humanos, visto que muitas coisas, como fazer o sinal da cruz no batismo, ajoelhar-se na comunhão, mesmo a própria missa, não são expressamente "proibidas" na Escritura, e, ainda assim, são manifestamente inconsistentes com a pureza do culto divino.

Daí o verdadeiro princípio bíblico, e este de nossa igreja, ser o de que devemos encontrar uma autorização ou "prescrição" divina para tudo que fazemos no culto a Deus. Não é suficiente que uma coisa não seja proibida. Ela deve ser expressamente ordenada por Deus, e isso como um dever obrigatório sob a dispensação do Novo Testamento, ou é absolutamente inadmissível no culto. John Knox claramente anuncia e defende este princípio: "Todo culto, honra e serviço inventados pela mente do homem", diz ele, "na religião de Deus, sem o Seu próprio comando expresso, é idolatria".

Ele continua:

> Ainda das Escrituras de Deus trarei o testemunho de minhas palavras. E, primeiramente, ouçamos Samuel falando a Saul depois que ele havia sacrificado ao Senhor no Monte Gilgal, no momento em que seus inimigos se aproximavam contra ele. "Procedeste loucamente" (diz Samuel), "não guardaste o mandamento do SENHOR teu Deus, o qual te ordenou; pois agora o SENHOR teria estabelecido o teu reino sobre Israel para todo o sempre. Porém, agora, o teu reino não continuará" (cf. 1Sm 13.13-14).

Consideremos qual foi a ofensa cometida por Saul. Seus inimigos estavam se aproximando e ele, considerando que o povo havia se apartado de si, e que ele não havia consultado ao Senhor, nem oferecido sacrifício por pacificação da ira do Senhor, pela razão de que Samuel, o principal profeta e sumo-sacerdote, não estava presente, ofereceu, ele mesmo, ofertas queimadas e de paz. Aqui está o fundamento de toda a sua iniquidade, e disso procedeu a causa de sua ejeção do reino: que ele honraria a Deus de outro modo além do que foi ordenado por Sua palavra expressa. Pois ele, não sendo da tribo de Levi, designada pelo comando de Deus a fazer sacrifícios, usurpa daquele ofício não devido a ele, o que foi uma grande abominação diante de Deus, como se torna visível pela punição.

Considere que nenhuma desculpa é admitida por Deus, como seus inimigos se aproximarem e seu próprio povo haver se afastado dele; ele não tinha um ministro lícito que de bom grado o teria reconciliado com Deus, consultado a Ele sobre o fim e a chance de sua jornada, e, portanto, ele, o rei, ungido pelo comando de Deus, sacrifica. Mas nada disso foi admitido por Deus, antes, Saul foi dito falso e vão. Pois Deus nenhuma honra conhece, nem aceitará, sem que ela seja feita pelo comando expresso de Sua própria Palavra, em todos os pontos. E nenhum mandamento foi dado ao rei para que fizesse ou oferecesse a Deus qualquer tipo de sacrifício; pelo que, porque ele tomou para si o fazê-lo, ele e sua posteridade foram privados de todas as honras em Israel [...] A desobediência à voz de Deus não é apenas quando o homem faz impiamente o contrário aos preceitos de Deus, mas também quando, de bom zelo ou bom intento, como nós comumente falamos, o homem faz alguma coisa, pela honra ou serviço a Deus, não ordenada pela palavra expressa de Deus, como nessa questão claramente pode ser visto [...] E é idolatria maior quando defendemos que nossas próprias invenções estão corretas aos olhos de Deus, porque as julgamos boas, louváveis e agradáveis. Não podemos nos julgar tão livres ou sábios que possamos fazer para Deus e para a Sua honra o que nós julgamos ser conveniente. Não! O contrário é ordenado por Deus, dizendo: “Nada acrescentareis à palavra que vos mando, nem diminuireis nada dela, para que possais guardar os mandamentos do SENHOR vosso Deus” (Dt 4.2), cujas palavras não são apenas compreendidos o Decálogo e a lei moral, mas estatutos, ritos e cerimônias; pois obediência igual de todas as Suas leis requer Deus [...] Disso, eles falsamente concluem que a Igreja pode fazer tudo que pareça bom para a glória de Deus e qualquer coisa que a Igreja faça, isso Deus aceita e aprova.

Posso evidentemente provar que aquilo que chamam de Igreja não é a Igreja e a imaculada esposa de Jesus Cristo, o qual não comete erros; mas, no presente, pergunto se a Igreja de Deus está vinculada a este preceito perpétuo: “Não fareis aquilo que pareça justo aos seus próprios olhos, mas o que Deus ordenou, isso observai e guardai” (cf. Dt 12.8,31-32). E se o negarem, desejo ser certificado de quem ab-rogou e tornou o mesmo [preceito] sem efeito. “As minhas ovelhas ouvem a minha voz, e não seguirão um estranho, mas fugirão dele” (cf. Jo 10.27; 10.5). Ouvir a Sua voz (que também é a voz de Deus Pai) é entender e obedecer à mesma; e fugir de um estranho é não admitir outra doutrina, adoração ou honra a Deus além das que tenham procedido de Sua própria boca, como Ele mesmo testifica, dizendo: “Todo aquele que é da verdade ouve a minha voz” (Jo 18.37, cf. Jo 10.26). E Paulo diz: “[A Igreja é] edificada sobre a fundação dos apóstolos e dos profetas” (Ef 2.20), fundação a qual, sem dúvida, é a lei e o evangelho. Desse modo, ela não pode ordenar nada que não esteja contido em um dos dois – pois, se ordenar, ela é removida da única fundação, e assim cessa de ser a verdadeira Igreja de Cristo.

Em segundo lugar, eu perguntaria se Jesus Cristo não seria Rei e Cabeça de Sua Igreja. Isso nenhum homem negará. Se for Rei, então Ele deve realizar o ofício de um rei, o qual não é apenas guiar, governar e defender Seus súditos, mas também fazer e decretar leis, leis apenas às quais os Seus súditos são obrigados a obedecer, e não às leis de quaisquer príncipes estrangeiros. Desse modo, cabe à Igreja de Jesus Cristo anunciar o que Ele fala, receber e abraçar Suas leis e, onde Ele cessa de falar ou legislar, aqui deve-se cessar. De modo que todo poder da Igreja está sujeito à palavra de Deus. E isso é mais evidente pelo comando dado por Deus a Josué, Seu comandante escolhido e líder de Seu povo, nestas palavras: “Somente sê tu forte e muito corajoso, que tu possas observar e agir de acordo com toda a lei que meu servo Moisés ordenou-te; dela não te desvies nem para a direita, nem para a esquerda”, etc. “Este livro da lei não se apartará de tua boca; mas nele meditarás dia e noite, a fim de que possas observar e fazer de acordo com tudo o que nele está escrito” (Js 1.7,8), etc. Aqui não foi permitido a Josué alterar nenhum ponto, cerimônia ou estatuto em toda a lei de Deus, nem ainda adicionar a ela, mas diligentemente observar aquilo que foi ordenado. Nem menor obediência requer Deus de nós do que requereu de Josué, Seu servo. Pois Ele quer que a religião ordenada por Seu único Filho Jesus Cristo seja mais estritamente observada e não seja violada em nenhuma parte.

Pois isso encontro entregue em encargo da congregação de Tiatira, nessas palavras: “Mas digo-vos, e aos demais em Tiatira, a todos que não têm esta doutrina (ou seja, a doutrina diabólica antes enumerada), e que não têm conhecido as profundezas de Satanás [...]: Eu não colocarei sobre vós nenhum outro fardo. [...] Retende-o até que eu venha” (Ap 2.24,25). Importa sublinhar que o Espírito de Deus chama tudo o que é adicionado à religião de Cristo de doutrina do diabo e profunda invenção do adversário Satanás. Como também faz Paulo, escrevendo a Timóteo (cf. 1Tm 4.1). E Jesus Cristo diz: “Eu não colocarei sobre vós

> nenhum outro fardo além do que já coloquei, e aquilo que tens observado diligentemente”.
>
> Ó, Eterno Deus! Tens colocado algum outro fardo sobre nossos ombros além do que Jesus Cristo colocou por Sua palavra? Então, quem nós tem colocado fardos com todas estas cerimônias?”, etc. (“Knox’s Works”, vol. III. p. 35-42; a grafia alterada e a linguagem reduzida para tornar o todo facilmente inteligível. É desnecessário observar que as citações são de uma tradução da Escritura anterior à presente versão.)

Essa é uma afirmação muito clara, forte e escriturística da doutrina de nossa Reforma Escocesa, como encontrada na Palavra de Deus. Com ela, como devemos mais tarde provar, todos os verdadeiros filhos da Igreja Presbiteriana sempre concordaram.

Agora a questão é: Será este um princípio falso ou verdadeiro? Se for falso, a Igreja Presbiteriana, por três séculos, tem estado sob uma forte desilusão; e tudo a que os seus oficiais foram, e ainda continuam, obrigados a sustentar não é verdadeiro. Se for verdadeiro, ele deve ser firmemente sustentado, e todo culto no qual uma autorização divina não possa ser apelada, deve ser resistido e descartado. Até que [tal princípio] seja abandonado, todo ministro presbiteriano só pode ser um homem honesto ao sustentá-lo.

É completamente vão, e ainda pior, dispor de nossas obrigações solenes por vaga e inútil declamação. A posição tomada pela Igreja Presbiteriana ou é sensata ou insensata. “*À lei e ao testemunho! Se eles não falarem de acordo com esta palavra, é porque nenhuma luz existe neles*” (Is 8.20). E a única classe de homens mais inconsistente e criminosa do que aquela que deixou tal questão em dúvida é aquela que, ao aceitar o ofício, professa sustentar a doutrina da Igreja Presbiteriana e promete mantê-la, mas, posteriormente, trata suas solenes profissões e votos com infidelidade e desconsideração.

É muito comum, no costume do presente dia, falar como se os homens pudessem agir no culto a Deus de acordo com seu bel-prazer e sua própria imaginação, sem a consideração de Sua alta e sacra autoridade. Os anjos velam suas faces no céu enquanto adoram a Majestade do grande Deus (cf. Is 6.2-3; Ex 3.6; 1Rs 19.13), mas o homem falho fala e age como se nada fosse tão leve e trivial como um ato de culto, ou melhor, como se ele pudesse converter um ato professo de culto numa fonte de entretenimento.

Sabemos que nada que tão claramente prova a profunda e temível depravação do homem e a abundante infidelidade do presente dia em meio a tão alta profissão. É uma ilustração de que “blasfêmia” e “discórdia” estão proximamente conectadas (1Tm 3.1-6). Uma terrível história é contada sobre o notório Claverhouse, a saber, que, quando perguntado como ele responderia pelo assassinato do piedoso mensageiro de Ayrshire, ele disse: “Ao homem, posso ser responsabilizado, mas, quanto a Deus, resolvo com minhas próprias mãos”. Seja isso verdadeiro ou não, é o mesmo espírito no qual muitos cristãos professos agem na questão do culto. Eles se esquecem do aviso de Deus: “*Estas coisas tu fizeste, e eu mantive o silêncio; tu pensaste que eu estava junto de alguém como tu; mas eu te reprovarei, e as colocarei em ordem diante de teus olhos. Considerai isto agora, vós que esquecestes de Deus, para que eu não vos rasgue em pedaços, e não haja ninguém para livrar*” (Sl 50.21-22).

Será possível encontrar um único exemplo na Escritura de um culto aceito que não fosse prescrito por Deus? No primeiro ato de culto registrado depois da Queda, é-nos dito que a pessoa e a oferta de Caim foram rejeitadas, ao mesmo tempo que as de Abel foram aceitas (cf. Gn 4.3-

7). Fora o fato de que uma mera oferta de ação de graças, embora adequada a um anjo ou um homem não-caído, fosse totalmente inadequada para um pecador, está claro que havia uma designação divina de sacrifício apontando para a cruz de Cristo, pois é dito: "*Pela fé Abel ofereceu a Deus um sacrifício mais excelente do que Caim*" (Hb 11.4). Ora, a fé implica uma revelação ou um testemunho no qual descansar, e é evidente que, pela primeira promessa no Éden e pelos emblemáticos mantos de pele (cf. Gn 3.21), implicando que o inocente deve sofrer para que o culpado possa vestir-se, a doutrina da substituição foi ensinada aos nossos primeiros pais antes que fossem retirados da cena de sua transgressão. Desde o primeiro, portanto, o culto aceitável era associado à designação de sacrifício por Deus e ao princípio de que "sem derramamento de sangue não há remissão" (Hb 9.22).

Prosseguindo nesse princípio central, quando os homens cessaram de usar seus simples altares de terra ou pedra (cf. Ex 20.24-26; Dt 27.5; Js 8.31) e quando um elaborado sistema de culto foi introduzido, incorporando ainda claros tipos e emblemas da vinda do Messias e a Sua obra, nada foi deixado para a invenção de Moisés (cf. Êx 25-40), embora tão eminente em sabedoria; embora Deus falasse com ele "como um homem fala com seu amigo" (Ex 33.11). Os mais ínfimos dispositivos foram feitos por Deus a respeito de todas as partes de culto, desde as estacas do tabernáculos (cf. Êx 27.19), e Ele disse a Moisés: "*E observa para que os faças conforme o seu modelo, que te foi mostrado no monte*" (Êx 25.40). Deus disse: "*Tudo o que te ordeno, observarás e farás; nada lhe acrescentarás nem diminuirás*" (Dt 12.32).

Quando Davi deu instruções a Salomão em relação à construção do templo, é dito que ele deu "*a planta de tudo que ele teve pelo Espírito*" (1Cr 28.12) e, ao final, ele repete esta designação divina, como segue: "*Tudo isso, disse Davi, o SENHOR me fez entender por escrito da sua mão, a saber, todas as obras desta planta*" (1Cr 28.19). Todo desvio disso, mesmo na menor particularidade, mesmo quando um bom motivo possa ter sido apelado, foi condenado e lamentado por Deus.

Aos poucos, esse sistema, com todas as suas especificidades, como tendo servido ao seu propósito, foi eliminado (cf Hb 8.13-9f), e nós emergimos para uma mais clara luz da dispensação do Novo Testamento, como dito por Cristo à mulher de Samaria (cf. Jo 4.7-26). Cristo ordena aos Seus apóstolos a irem e ensinarem a todas as nações, mas ainda com esta solene injunção: "ensinando-as a observar todas as coisas *que eu vos tenho mandado*". Não é: *todas as coisas que eu não vos tenho proibido.* Eles eram simples embaixadores de Cristo (cf. 2Co 5.20), atuando sob instruções estritas e limitadas, que estavam também nas mãos de todo o povo, para que todos pudessem julgar a proximidade na qual agiriam de acordo com elas.

Em conformidade, quando o Apóstolo Paulo dá instrução em relação ao Sacramento da Ceia do Senhor, ele diz: "*Porque eu recebi do Senhor o que também vos entreguei*" (1Co 11.23). Não há qualquer permissão a ser encontrada na Palavra de Deus para alterar, adicionar ou modificar as ordenanças de Cristo. "Porque eu testifico a todo homem que ouvir as palavras da profecia deste livro: Se algum homem lhes acrescentar alguma coisa, Deus lhe acrescentará as pragas que estão escritas neste livro; e, se algum homem retirar alguma das palavras do livro desta profecia, Deus excluirá a sua parte do livro da vida, e da cidade santa, e das coisas que estão escritas neste livro" (Ap 22.18,19).

Ora, não estamos provando isso para o benefício dos oficiais da Igreja Presbiteriana. Eles todos solenemente juraram que, de acordo com suas convicções, esses são os princípios da Escritura, a qual defenderão até o máximo de seu poder. Fazer qualquer outra coisa, portanto, fazer qualquer outra profissão, sem abandonar o ofício que receberam em conexão ao seu anterior reconhecimento, é simplesmente um ato de perjúrio, pronto para trazer desgraça para a igreja cristã, e para dar aos inimigos da verdade um motivo para blasfemar.

Todo oficial presbiteriano é tão obrigado quanto somos nós de manter e reivindicar esses princípios e nem direta nem indiretamente ser conivente com sua subversão. Nós vivemos, no entanto, infelizmente, num dia em que "discórdias" não são incomuns (cf. CMW 145) e em que muitos, ao invés de seguirem "cursos não facciosos", de acordo com seus votos solenes, parecem fazer da promoção das inovações no culto a Deus um de seus exercícios favoritos. A religião está ferida na casa de seus professos amigos (cf. Zc 13.6). Não podemos imaginar nada mais semelhante do que a putrefação como uma gangrena da fé e da moral da comunidade (cf. 2Tm 2.16,17). Para o benefício de outros, portanto, e especialmente do povo cristão em sua amplitude, sentimo-nos impelidos a falar.

Iniciando do princípio geral da Escritura assim explicado, com relação ao culto sua aplicação é simples. Qual culto Deus "prescreveu" sob a dispensação do Novo Testamento, terminados o templo e todos os seus serviços (cf. Hb 9)? Isso é estabelecido com igual clareza na Confissão de Fé de Westminster, c. 21, s. 5:

> A leitura das Escrituras com o temor divino, a sã pregação da palavra e a consciente atenção a ela em obediência a Deus, com inteligência, fé e reverência; o cantar salmos com graças no coração, bem como a devida administração e digna recepção dos sacramentos instituídos por Cristo, são partes do ordinário culto de Deus, além dos juramentos religiosos; votos, jejuns solenes e ações de graças em ocasiões especiais, tudo o que, em seus vários tempos e ocasiões próprias, deve ser usado de um modo santo e religioso.

Qualquer outra coisa diferente disso, e, especialmente, qualquer coisa emprestada do paganismo ou do serviço abolido do tempo – como falsos sacerdotes, altares, toalhas para o altar, incenso, vestimentas simbólicas ou música instrumental – são inteiramente sem autorização divina, e, portanto, ilícitas. A mesma coisa pode ser dita de todo agrado ao homem, sensacionalismo, canto solo e quaisquer das peculiaridades do teatro transferidas, sem autorização divina, para o culto da igreja cristã.

O culto da igreja do Novo Testamento, diferente do culto do templo, é baseado no culto da sinagoga. Esse culto consistia em canto, oração, com leitura e exposição das Escrituras. Todos os sacerdotes, incensos, instrumentos musicais e sacrifícios foram descartados; e nosso culto, agora que o templo está completamente destruído, deve ser o simples culto da sinagoga sob a mais clara luz do NT, conduzido em nome e pela autoridade de Cristo e sob a solene impressão de que "*Deus é um Espírito, e os que o adoram devem adorá-lo em espírito e em verdade*" (Jo 4.24).

É digno de observação não apenas que esse é o único culto designado sob o NT, mas que ele foi, sem dúvida, o culto praticado pelos apóstolos e cristãos primitivos. O próprio significado de sermos presbiterianos, aliás, como distintos de congregacionais, é que os detalhes de culto devem ser uniformes e estabelecidos por uma autoridade central, tanto que, indo de igreja em igreja, como de cômodo em cômodo numa grande casa, não seremos distraídos em nossas

devoções pela diversidade e escrúpulos individuais, como quando “não havia rei em Israel, por isso cada homem fazia aquilo que era certo aos seus próprios olhos” (cf. Jz 17.6f.; 21.25).

A essa “uniformidade”, tanto quanto pureza de culto, os oficiais da igreja presbiteriana estão solenemente comprometidos. Eles são obrigados a seguir “cursos não facciosos”, embora seja notável e doloroso no presente notar que muitos estão deixando essa solene obrigação em rebeldia. Ainda assim, não precisamos nos surpreender, pois é igualmente notável que um paralelo pode ser encontrado em todas as classes de inovadores modernos no culto na história da Igreja, como dada na Palavra de Deus, e especialmente sob o Antigo Testamento. Observe algumas ilustrações disso nos próximos capítulos.

1. O INOVADOR PRESUNÇOSO E BLASFEMO.

Temos na Escritura algumas ilustrações impressionantes da dimensão à qual o homem ímpio, no espírito da primeira tentação: "vós sereis como deuses" (Gn 3.5), se exaltará contra a autoridade de Deus.

Nabucodonosor, o rei, ergueu uma imagem de ouro na planície de Dura, na província da Babilônia (Dn 3.1-12). Então, um arauto proclamou em voz alta: "Ordena-se, pois, a todos vós, ó povos, nações e gentes de todas as línguas: Assim que ouvirdes o som da corneta, da flauta, da harpa, da cítara, do saltério, da flauta dupla, e de outros instrumentos musicais, todos tocando juntos, vos ajoelhareis com o rosto rente à terra, e assim, prostrados, devereis adorar a imagem de ouro que o rei Nabucodonosor vos edificou. No entanto, qualquer pessoa que não se prostrar com o rosto em terra, e não adorar a estátua será imediatamente atirado numa fornalha em chamas!" (Dn 3.4-6). Dario praticamente se proclamou como sendo deus, ou melhor, maior do que Deus, baixando "um edito ordenando que todo aquele que orar ou fizer petição a qualquer deus ou a qualquer ser humano nos próximos trinta dias, excetuando à tua pessoa, ó majestade, seja atirado sumariamente à cova dos leões" (Dn 6.7).

Não devemos supor, no entanto, que isso é peculiar ao paganismo: Arão, que teve parte na antiga idolatria (cf. Êx 22); Corá, Datã e Abirão, cujos procedimentos ímpios e presunçosos são registrados no capítulo 16 de Números; e Jeroboão, que erigiu bezerros de ouro em Sã e Betel, movido num espírito precisamente similar (cf. 1Rs 12.25-33; 2Cr 13.4-12). Seria a prevista peculiaridade do Homem de Pecado e Filho da Perdição que se sentasse no templo de Deus e mostrasse a si mesmo como sendo Deus (cf. 2Ts 2.3,4). Ele deve se opor e se exaltar sobre tudo que é chamado Deus, e [ser] adorado. A mesma essência de falsa adoração, mesmo sob uma profissão de protestantismo, consiste em deixar de lado os instrumentos da casa de Deus e substituí-los pelos nossos. Isso é papismo em sua origem; não importando sob qual nome. O grande Andrew Melville, dirigindo-se ao Parlamento da Escócia, em 1606, proclama o princípio de nossa Igreja a este efeito:

> Ora, portanto (meus senhores convocados neste presente Parlamento sob a mais alta e excelente majestade de nosso temível Soberano), para vossa honra é nossa exortação de que se empenhem com toda a simplicidade de coração, amor e zelo no avanço da edificação da casa de Deus (cf. Sl 127; Hb 3.4), reservando sempre às próprias mãos do Senhor aquela glória que Ele não comunicará nem a homem nem a anjo (cf. Is 42.8), a saber, prescrever de Seu santo monte um modelo vivo, de acordo com o qual o Seu próprio tabernáculo deve ser formado (cf. Hb 8.5), lembrando sempre que não há qualquer autoridade absoluta ou indubitável neste mundo, exceto a autoridade soberana de Cristo, o Rei, a quem pertence tanto propriamente governar a Igreja de acordo com o bom prazer de Sua própria vontade, quanto pertence a Ele salvar a Sua Igreja pelo mérito de Seus sofrimentos (cf. Ef 5.23; Mt 28.18). Toda outra autoridade está tão consolidada dentro das manifestações do mandamento divino (cf. 1Co 15.27; At 17.3) que a menor ultrapassagem dos limites estabelecidos pelo próprio Deus leva os homens sob a temível espera de julgamentos temporais e eternos (cf. Ap 22.18-19).

Em referência à inovação especial contra a qual estava protestando, ele diz:

> Este é aquele modelo de altar trazido de Damasco [cf. 2Rs 16:10-12], mas não o mostrado a Moisés no monte e, portanto, deve se sair como foi com aquele altar de Damasco: veio por último ao templo e foi o primeiro a sair.
>
> Lembrem-se, meus senhores, que nos tempos passados nossa autoridade era por Cristo e não contra Ele; vós seguíeis a luz de Deus e não lutáveis contra ela; e, como uma criança na mão da mãe, vós dizíeis a Cristo: “Atraia-nos e correremos para Ti”. Deus proíbe que agora deixeis e decaiais da reverência anterior nascida em Cristo, presumindo guiá-lO, a quem o Pai tem designado para ser líder sobre vós. E muito menos trilhar as santas ordenanças de Cristo pelas cordas de vossa autoridade nos calcanhares das ordenanças dos homens.

Falando a ministros e outros, ele diz:

> Nós, humildemente e mais sinceramente, imploramos a todos que considerem primeiro que o reino de Jesus Cristo, Seus oficiais e Suas leis nem podem nem devem sofrer qualquer derrogação, adição, diminuição ou alteração, além da prescrição de Sua santa palavra, por quaisquer intervenções ou feitos dos homens, quer civis quer eclesiásticos.

2. O INOVADOR CAÇADOR DE POPULARIDADE.

Quando a religião vital está reduzida, os homens tentam compensar a falta de vida espiritual com utensílios externos e carnais, ao mesmo tempo que os ministros, destituídos de coragem moral, estão prontos para ceder aos desejos do povo ao invés de resistir firmemente pela autoridade de Deus. "Os profetas profetizam falsamente, e os sacerdotes governam à sua maneira, e o meu povo ama fazê-lo assim. E o que fareis vós ao final disso?" (Jr 5.31).

Em Arão nós temos um tipo dessa classe de inovadores covardes (cf. Êx 32). Na ausência de Moisés, ele se tornou o instrumento de um povo corrupto. Quando desceu do monte, Moisés viu com indignação a idolatria dos judeus e o bezerro de ouro que Arão havia feito, e ele diz a Arão: "O que este povo fez a ti para que trouxesses tão grande pecado sobre eles?" (Êx 32.21). E Arão disse, falando ainda num modo tão medroso quanto Adão depois de sua queda: "Que a ira de meu senhor não se acenda; conheces o povo, que ele é inclinado para o mal. Porque me disseram: Faze-nos deuses, que irão adiante de nós, pois quanto a este Moisés, o homem que nos tirou da terra do Egito, não sabemos o que lhe sucedeu. E eu lhes disse: Todo aquele que tiver algum ouro, que o arranque. Assim eles me deram. Então eu o lancei no fogo, e dele saiu este bezerro" (Êx 32.22-24).

Quantos covardes como Arão temos nós no dia presente, cortejando popularidade de um modo tão indigno, sacrificando igualmente a honra de Deus e seus próprios votos de ordenação! Que nobres exemplos do outro lado temos em Elias (cf. 1Rs 18.17-40), Davi (cf. 1Cr 15.2) e os três garotos (Dn 3.8-30), tanto quanto no grande apóstolo Paulo, que resistiu a Pedro face a face, quando perdeu o controle pelo medo do homem, o que traz uma armadilha (cf. Gl 2.11), e em outra passagem diz: "aos quais não nos sujeitamos nem por uma hora" (Gl 2.5).

No caso de Uzias, temos, no passado, uma ilustração da presunção humana, da infidelidade ministerial e do julgamento divino, seguidos pelo desrespeito pela designação de Deus no culto, de uma só vez (2Cr 26.16-22):

> Porém, havendo-se fortalecido, o seu coração ficou exaltado para a sua destruição; porque ele transgrediu contra o SENHOR seu Deus, e adentrou o templo do SENHOR para queimar incenso sobre o altar do incenso. E Azarias, o sacerdote, entrou após ele, e com ele oitenta sacerdotes do SENHOR, que eram homens valentes; e eles resistiram a Uzias, o rei, e disseram-lhe: Não compete a ti, Uzias, queimar incenso para o SENHOR, mas aos sacerdotes, aos filhos de Arão, que são consagrados para queimar incenso; sai do santuário; porque tu transgrediste; tampouco isto será para a tua honra da parte do SENHOR Deus. Então, Uzias ficou irado, e tinha um incensário na sua mão para queimar incenso; e enquanto estava irado com os sacerdotes, nasceu-lhe a lepra na sua testa, diante dos sacerdotes na casa do SENHOR, do lado do altar de incenso. E Azarias, o sumo sacerdote, e todos os sacerdotes, olharam para ele, e eis que ele ficou leproso na sua testa, e o empurraram para fora dali; sim, ele mesmo se apressou em sair, porque o SENHOR lhe havia ferido. E o rei Uzias ficou leproso até o dia da sua morte, e sendo um leproso, habitou em uma casa separada; porque ele foi cortado da casa do SENHOR.

Falando recentemente com um dos nossos inovadores modernos, ele disse-me: “O povo desejava a mudança”. Uma das mais indignas razões, mesmo que verdadeira. Na maioria dos casos, o próprio ministro é o chefe que encabeça a mudança, mas, quando ele age partindo de um motivo indigno de cortejar a popularidade, dificilmente podemos imaginar algo mais baixo num servo de Cristo. “Um só é o vosso Mestre” (Mt 23.8-10), diz nosso bendito Senhor, “e nenhum homem pode servir a dois" (Mt 6.24).

Estamos longe de dizer que algo deveria ser feito ao propósito de ofender desnecessariamente, mas temos um objetivo maior para o qual mirar (cf. 1Co 10.32; 2Co 6.3). Não ousamos agir na Igreja de Deus sem uma prescrição divina, e um ministro especialmente deve adicionar coragem à sua fé. “Não estejas desanimado diante deles”, diz Deus, “para que eu não te envergonhe perante eles” (cf. Jr 1.17). “Qualquer que se envergonhar de mim e das minhas palavras, dele se envergonhará o Filho do homem, quando Ele vier em Sua própria glória, e na de Seu Pai e dos santos anjos” (cf. Mc 8.38; Lc 9.26).

Em todos os tempos no mundo, mas especialmente na Igreja do dia presente, não há nada tão escasso quanto a coragem moral. Poucos homens pensam comparativamente por si mesmos, e ainda menos ousam dizer o que pensam, ou agir independentemente. Eles vão em multidões e simplesmente flutuam com a maré. Eles são os mais relutantes em segurar suas faces a qualquer vento de oposição. Como a maré traz pedaços de cortiça e troncos e os leva ou os deixa na superfície e molhados, assim acontece com muitos cristãos modernos, e ainda com não poucos ministros cristãos. Eles vacilam diante do opróbrio – clamam por “questões abertas”, são aterrorizados pela ideia de costume, temem toda coisa e todo corpo, exceto Aquele a quem deveriam temer.

É alegado que o nobre velho escocês disse: "Meus amigos, o peixe morto atravessa o mar; leva uma noite para o peixe submergir na água" – uma apta imagem e uma exata descrição de muitos que nós vemos ao nosso redor. Temos muitas vezes admirado a obstinação rigorosa com a qual os padres romanos se agarram em dogmas deveras intragáveis – um admirável contraste com muitos protestantes. Isso lembra o dizer do grande ator ao ministro: “Falamos de ficção como se fosse verdade; e vós falais da verdade como se fosse ficção”.

É essa natureza egoísta, suave e molusca, esse espírito flexível e débil, é essa falta de um rigoroso princípio, procedente tanto da ignorância quanto da falta de fé, que é o opróbrio e desgraça de muitos no ministério protestante. Jovens ministros especialmente descem às suas congregações muitas vezes com um triste senso de dependência, e, esquecendo-se de seus votos de ordenação, ao mesmo tempo que certas vezes fazem altas profissões, permitem-se ser guiados e dominados pelo povo irritadiço e pretencioso na introdução ou sanção de inovações. Eles nunca teriam sido mártires. Eles simplesmente miram no prazer do homem, com a visão de uma vida fácil, ou uma gratificação da ambição humana (cf. 1Ts 4.1). É em referência a isso que o apóstolo introduz seu sincero repúdio: “*Se estivesse ainda de agradar aos homens, não deveria ser servo de Cristo*” (Gl 1.10).

3. O INOVADOR POLÍTICO E CALCULISTA.

Ele age partindo de um desejo de fazer o culto a Deus subserviente aos seus próprios objetivos ímpios ou mundanos. Ele é representado por Balaão, que amou o salário da injustiça, e ainda levou adiante todos os seus esquemas em conexão aos sacrifícios oferecidos a Deus e altas profissões (cf. Nm 22-24; 2Pe 2.15; Ap 2.14); por Jezabel, que aboliu o verdadeiro culto a Deus e perseguiu a Elias (cf. 1Rs 18.19; 19.1-3) e, ainda, para encobrir seus imundos feitos no caso de Nabote, disse: “Proclamai um jejum, e ponde Nabote no alto, no meio do povo” (1Rs 21.9); por Jeú, que “não se apartou dos pecados de Jeroboão” (2Rs 10.31) e ainda professou ser um grande reformador da Igreja, clamando: “Vem comigo, e vê o meu zelo pelo SENHOR” (2Rs 10.16).

Mas essa classe de inovadores é representada em grande fartura por Jeroboão, o filho de Nebate, que fez Israel pecar (cf. 1Rs 14.16). Ele havia se apoderado do trono, e ocorreu a ele que, se o povo continuasse a adorar em Jerusalém, sua influência política seria enfraquecida e, portanto, firmemente procedeu em abolir todos os arranjos que Deus havia feito; em mudar o lugar, o tempo e o modo de adoração; em estabelecer a mais degradante idolatria a ser conduzida por seus sacerdotes designados e em períodos “imaginados no seu próprio coração” (1Rs 12.33). Quando Deus o interpôs em julgamento, ele firmemente tentou deter o poder da onipotência e punir o mensageiro divino. A narrativa inteira é mais digna de ser cuidadosamente estudada. É como se segue:

1 REIS 12

25. Então, Jeroboão edificou Siquém no monte Efraim, e nela habitou; e saiu dali, e edificou Penuel.
26. E Jeroboão disse no seu coração: Agora o reino retornará à casa de Davi;
27. se este povo subir para fazer sacrifício na casa do SENHOR em Jerusalém, então o coração deste povo retornará ao seu senhor, a saber, a Roboão, rei de Judá, e eles me matarão, e irão novamente a Roboão, rei de Judá.
28. Assim o rei tomou conselho, e fez dois bezerros de ouro, e lhes disse: É demais para vós subirdes a Jerusalém; eis aqui os teus deuses, ó Israel, os quais te tiraram da terra do Egito.
29. E ele pôs um em Betel, e o outro pôs em Dã.
30. E isso se tornou um pecado; pois o povo foi adorar diante de um, a saber, em Dã.
31. E ele fez uma casa dos lugares altos, e fez sacerdotes dos menores dentre o povo, os quais não eram dos filhos de Levi.
32. E Jeroboão ordenou uma festa no oitavo mês, no décimo quinto dia do mês, semelhante à festa que existe em Judá, e ele ofereceu sobre o altar. Assim fez em Betel, sacrificando aos novilhos que ele havia feito; e pôs em Betel os sacerdotes dos lugares altos, os quais ele havia feito.
33. Assim, ele ofereceu sobre o altar que havia feito em Betel no décimo quinto dia do oitavo mês, a saber, no mês que ele havia imaginado no seu próprio coração; e ordenou uma festa para os filhos de Israel; e ofereceu sobre o altar, e queimou incenso.

1 REIS 13

1. E, eis que veio ali um homem de Deus oriundo de Judá, pela palavra do SENHOR, até Betel; e Jeroboão estava de pé junto ao altar para queimar incenso.
2. E ele gritou contra o altar na palavra do SENHOR, e disse: Ó altar, altar, assim diz o SENHOR: Eis que uma criança nascerá à casa de Davi, de nome Josias; e sobre ti ele oferecerá os sacerdotes dos lugares altos que queimam incenso sobre ti, e os ossos dos homens serão queimados sobre ti.
3. E ele deu um sinal no mesmo dia, dizendo: Este é o sinal do qual o SENHOR falou: Eis que o altar será rasgado, e as cinzas que estiverem sobre ele serão derramadas.
4. E sucedeu, quando o rei Jeroboão ouviu os dizeres do homem de Deus, o qual havia gritado contra o altar em Betel, que ele estendeu a sua mão de sobre o altar, dizendo: Apanhai-o. E a sua mão, a qual estendeu contra ele, secou-se, de modo que não conseguiu recolhê-la novamente a si.
5. O altar também foi rasgado, e as cinzas derramadas do altar, segundo o sinal que o homem de Deus tinha dado pela palavra do SENHOR.

Os antigos embates com respeito ao culto na Escócia originaram-se, principalmente, em considerações políticas, ao mesmo tempo que as recentes mudanças pelas quais as Igrejas protestantes têm sido atormentadas parecem ter sido originadas também, principalmente, em ofício político por parte dos líderes inovadores. O clero romanista da Inglaterra está visando à restauração do culto supersticioso, com uma visão de abandono do protestantismo e uma união definitiva com as igrejas romana e grega, todas abdicantes, enquanto se precipitam numa reunião da cristandade e num poder sacerdotal grandemente incrementado.

Os inovadores na Igreja Estabelecida da Escócia, como representados por seu líder principal, esperam fortalecer sua posição por traçar proximidade com a poderosa Igreja da Inglaterra. Eles têm sido levados a um sistema dissimulado de revolução com visão a esse resultado. O movimento "aponta diretamente para o sul", diz um ministro capaz. Na última assembleia, os inovadores deram um ensaio, em Edimburgo, do novo e ritualístico culto, pelo qual muitos olhos foram abertos (cf. Jr 10.3). Há pouco, um deles defendeu a observância da Páscoa e do Yule. Outros, que não olham para muito além ou ao seu redor, fingem que, por tornar as igrejas "atrativas", embora por meio de observâncias romanas e pagãs, seus rebanhos ignorantes poderão possivelmente ser agradados, e a posição do clero, fortalecida.

Um muito destacado ministro há pouco confessou que, tendo-se um órgão, ele pouparia muito esforço na preparação de sermões, embora a pregação do evangelho seja a maior e mais distintiva obra de um ministro. Alguns, que odeiam a verdade, têm tirado vantagem dessa ideia para sugerir que os sermões deveriam ser abolidos inteiramente, ou ao menos completamente separados das novas, assim chamadas, devoções.

Assim, deveríamos ser precipitados de volta às trevas da Idade Média e recuperar completamente a velha ideia de "cachorros mudos, incapazes de latir, dormindo, nada fazendo, amando cochilar" (Is 56.10). Para a justiça de toda classe, eles não se erguem acima do nível de Jeroboão em seus pensamentos, raramente simulam alegar uma autorização divina para suas inovações ultramodernas. Todo o movimento, por essa classe, manifesta-se não obscuramente como "da terra, terreno" (cf. 15.47-48). Ele apela à experiência humana, à sabedoria mundana e não à Palavra de Deus (cf. 1Co 1.19-25).

4. O INOVADOR ESTÉTICO.

Ele também é um amante da conveniência e "mais amante dos prazeres do que amante de Deus" (2Tm 3.4). Ele professa imaginar que é possível encantar um pecador como se encanta uma serpente, pelo poder da música. Ele confunde um efeito nos nervos com uma impressão na alma, e, desconsiderando a autoridade divina, faria a religião consistir, numa ampla dimensão, em um prazer dos homens, e em um apelo aos sentidos dos homens – à sua visão, audição e olfato. Ele transforma a Igreja num teatro para a gratificação humana, completamente independente de qualquer aparência de designação divina.

Aqui, no entanto, uma explicação pode ser necessária. Não somos defensores de igrejas desconfortáveis, de cultos desleixados ou pregações enfadonhas. Sentimos a completa força do apelo de Davi: "Vê, agora que habito em uma casa de cedro, mas a arca de Deus habita dentro de cortinas" (cf. 2Sm 7.2; 1Cr 17.1). Toda consciência iluminada deve estar viva para a manifestação divina. "Acaso é tempo para vós habitardes nas vossas casas forradas, e esta casa fica deserta?" (Ag 1.4). Nem somos defensores de cantos pobres e serviços desleixados. Toda a congregação deve cantar de coração e alma, todos os filhos devem ser ensinados a cantar, e todos os serviços, incluindo a pregação, devem ser repletos de poder e vida espiritual. É a falta de tudo isso que, muitas vezes, fornece o pretexto para mudanças não-escriturísticas. O que nós objetamos é todo afastamento da simplicidade escriturística e uniformidade de culto, e toda noção de que a alma do homem pode ser salva ou permanentemente beneficiada por um apelo aos sentidos.

Acima de tudo, opomo-nos ao simbolismo. "Cuidai-vos a vós mesmos, pois não vistes modo semelhante no dia em que o SENHOR vos falou em Horebe, do meio do fogo; para que não vos corrompais" (cf. Dt 4.15-16). No funeral de um soldado, vês o efeito de tensões sombrias e depois, de repente, de músicas mais alegres. O profeta Ezequiel nos diz que ele estava para aqueles entre os quais trabalhava "como uma canção muito adorável, de quem tem uma voz agradável, e que sabe tocar bem um instrumento" (Ez 33.32), mas nenhum bom resultado permanente era produzido. Eles ouviam suas palavras, mas não as praticavam.

Longe de imaginar que o mero esplendor exterior do culto é adequado para produzir um efeito benéfico permanentemente, a experiência do mundo demonstra que o próprio inverso é verdadeiro, e que, se você deseja ver homens e mulheres "duplamente mortos" a qualquer sério sentimento, você os encontrará entre os adeptos da adoração suntuosa – aqueles artistas e ouvintes que alternam entre a igreja e o teatro. Aqueles de antigamente que "cantavam ao som da viola, e inventavam para si instrumentos musicais como Davi" (Am 6.5), eram as mesmas pessoas que "que bebiam vinho em taças" e "não se entristeciam pela aflição de José" (Am 6.6), e aqueles que tomavam "o tamboril e a harpa, e regozijavam-se ao som do órgão" (Jó 21.12) foram os mesmos que disseram a Deus: "Retira-te de nós; porque não desejamos o conhecimento

dos teus caminhos" (Jó 21.14).

Ruskin, falando do alto refinamento dos hindus, dos horrores do motim indiano e da parte nobre representada pelos highlanders [montanheses], que detestam totalmente a adoração estética, diz: "Da choupana turfosa vem a fé, a coragem, o auto-sacrifício, pureza e piedade, e tudo o mais é frutífero na obra do céu; foi dos palácios de marfim que veio a traição, a crueldade, a covardia, a idolatria, a bestialidade – tudo o mais é frutífero na obra do inferno". Isso, no entanto, não é peculiar ao paganismo. A Itália é a grande sede da adoração deslumbrante; e Roma, o principal centro do mundo dos espetáculos eclesiásticos e da música suntuosa, tem sido descrita como a mais ímpia das cidades modernas. Dean Alford, depois de uma residência na cidade imperial, leva o seguinte testemunho: "Não é demais dizer que o atual estado moral e religioso de Roma é uma mancha vil na cristandade moderna, e dificilmente é paralelo mesmo entre as passagens mais sombrias da história de nossa raça". O poeta disse:

Muito à direita, onde o Apenino ascende
Brilhante como o verão, a Itália se estende.
• • • • •
Mas pequena é a bem-aventurança que somente o sentido confere,
E bem-aventurança sensual é tudo que a nação conhece;
Em floridos bosques e campos de beleza aparece,
O homem é o único crescimento que aqui decresce,
Mesmo profundo, ainda trivial; zeloso, mas falsamente,
Mesmo em penitência, planejando os pecados novamente.
• • • • •
Enquanto pobres prazeres sucedem rapidamente por trás
Na maldade odiosa, a mente ocupais.
Minh'alma, desvie-se deles, vire-se para consultar.
Onde há climas mais rudes, uma raça mais nobre surgirá.

Não é o clima, entretanto, mas o princípio cristão e o culto espiritual que têm feito a diferença. O culto simples da Escócia, juntamente com uma exposição completa da palavra do Deus vivo, tem sido o meio sob Deus de elevar as pessoas comuns de nossa terra, com seu solo estéril e clima inóspito, para uma elevação moral e intelectual que têm deixado nações efeminadas e sensuais demasiado para trás; e será um dos maiores crimes se isso for trocado pelo que é chamado de culto estético, apelando aos sentidos, mas não melhorando a alma. No *Cottar's Saturday Night*, falando do culto simples de coração da Escócia, é dito com justiça:

Comparado a isso, quão pouco os religiosos se orgulham,
Em toda a pompa de método e de arte;
Quando os homens exibem para as congregações
Toda a graça da religião, exceto os corações.
O poder em incenso, o desfile renunciará,
A tensão pomposa, as estolas sacerdotais;
Mas, ocasionalmente, em alguma casa de campo muito longe,
Ouvirá bem feita a linguagem da alma,
e em seu livro da vida os prisioneiros pobres se matricularão.

Duas coisas, além disso, são esquecidas quando os homens falam de tornar o culto da Escócia "atrativo", mesmo que fosse lícito. A primeira é que, sem uma mudança total de sistema, não podemos satisfazer todos os gostos estéticos; e que, de outra forma, estamos apenas preparando homens para prelacia ou papado. Os antigos inimigos do presbiterianismo vêem isso e estão naturalmente exultantes como se seu reinado maligno pudesse ser renovado em breve. As

palavras do falecido bispo Forbes em uma acusação recente são significativas, embora longe de serem acuradas em termos de fato. O latifundiário escocês não paga nada à Igreja que é sua, e o presbiterianismo não tem conexão necessária com os edifícios vis, embora rejeite todo o simbolismo e as peculiaridades romanistas. Aqui está o extrato dessa recente cobrança a que nos referimos:

> Devemos esperar que chegue logo o dia em que, como já foi dito anteriormente, o latifundiário escocês deixará de sustentar uma Igreja a qual ele não comparece e comparecerá a uma Igreja a qual ele não sustenta. Outro sinal esperançoso na Escócia é o aumento da atenção ao decoro exterior no culto religioso e a morte desse modo de pensamento que sustentava que maior devoção fosse mantida pela maior simplicidade − o resultado prático foi que as igrejas foram construídas como celeiros, e o serviço divino era conduzido de uma forma muito desleixada. A mudança é notável. Em todos os lugares ao nosso redor, mesmo em sistemas com os quais não temos afinidade teológica, vemos a ajuda da arquitetura sendo invocada na construção de igrejas, e as formas pouco atraentes de adoração presbiteriana estão sendo modificadas pela introdução de salmos cantados, órgãos e acessórios de adoração divina, que teriam horrorizado a geração anterior. Tudo isso deve certamente estar na direção certa. Será desenvolvido esse gosto estético na religião que só pode ser gratificado na Igreja.

O bispo Suther de Aberdeen dedica-se a uma linha de observação semelhante.

Mas, além disso, adotar o curso indicado implica uma revolução total nesse sistema de culto iluminado e intelectual, do qual até então tem florescido uma grande glória para a Escócia. Em um número recente do *Pall Mall Gazette*, as seguintes observações sensatas ocorrem, tendo uma relação direta com a alta educação comum e adoração intelectual viril pela qual nossa terra era diferenciada, em comparação com as estéticas e estéreis cerimônias de outras terras.

> A indolência mental é uma coisa ruim, e as pessoas ficariam muito mais felizes e, provavelmente, melhores, se a evitassem. Uma educação popular sólida e eficaz é o único remédio que o Sr. Gladstone sugere para a indolência que ele deplora, e ele espera grandes coisas advindas dela. Não somos tão otimistas, lembrando que o treinamento escolar é apenas o primeiro passo na educação. Ele [o treinamento escolar] faz o que Sr. Walter Scott disse que o conhecimento de línguas fez − coloca ferramentas nas mãos dos homens. Há pouco bem feito ao ensinar um homem a ler, a menos que ele forme um hábito de leitura. Os escoceses se tornaram um povo instruído, não porque o hábito de ensinar às crianças os três Rs fosse geral − tudo isso estava muito bem −, mas era apenas preliminar. O escocês, mesmo em vida humilde, encontrou-se em uma atmosfera de teoria que o obrigou a exercitar suas faculdades de raciocínio. As imagens do Sr. Walter Scott de lavradores e subordinados humildes, que eram teólogos experientes, não são esboços extravagantes. Além de qualquer coisa que possa ser dita sobre o calvinismo, ele era, pelo menos, uma teoria da vida e do destino humanos, que foi trabalhada nos próprios ossos e músculos de suas naturezas escocesas. Seus princípios levaram o camponês mais vil a um contato direto com os problemas mais recônditos. Quando esse era o caso, não havia lugar para a indolência mental; e o exemplo de Robert Burns, conservado com a mitologia do cristianismo peculiar à Escócia, mostra quão real era o processo de treinamento. Burns não tinha nenhuma aptidão particular à teologia, mas não podia evitar que sua mente fosse nutrida pelas influências que o rodeavam e que revigoravam o intelecto mesmo onde os dogmas que elas representavam eram desacreditados. É de pouca utilidade dizer aos camponeses e lavradores ingleses que se tornem como seus companheiros escoceses, agora que eles têm os meios de educação que lhes são fornecidos, pois isso é apenas metade do trabalho. Você deve dar-lhes hábitos de pensamento e introspecção; você deve levá-los a ter um interesse vivo em alguma realidade, ou o que irá representar a realidade para eles. Quando suas energias são estimuladas pelo exercício desse modo, você pode esperar que eles se libertem da indolência mental e encontrem no pensamento e na leitura uma atração melhor do que em descansar, vadiar, assobiar, jogar bolinhas de gude e outras ocupações insignificantes. Mas onde está a perspectiva de tal provisão, muito menos qualquer apetite por ela? A grande massa do clero ou ensina os mitos cristãos como algo sagrado demais, bom demais para a refeição diária da natureza humana, ou estimula o interesse pelo figurino eclesiástico, que nem é feito para parecer vivo ou representar qualquer ideia viva. Qualquer coisa mais endurecedora e sufocante do que tal modo de lidar com a religião - os fortes sentimentos ligados à qual devem sempre torná-la o meio mais poderoso, através do qual os sentimentos da massa da comunidade são excitados - não poderia ter sido inventada.

A recente introdução da adoração sensorial e sensual, em vez de tender a elevar a

personalidade escocesa, está apenas treinando os homens para a frivolidade, a apostasia e Roma.

Muitos estão aptos a imaginar, no entanto, que as alterações na adoração a Deus devem ser desculpáveis, se não louváveis, se feitas a partir de um bom motivo. Até mesmo essa última prova de ignorância é rejeitada pela clara evidência da Escritura. O seguinte é, portanto, nosso último personagem.

5. O INOVADOR BEM-INTENCIONADO.

Não temos certeza de que numerosos tipos devam ser classificados sob este título e especialmente negamos que ministros e outros que declararam os princípios presbiterianos de adoração e assumiram obrigações solenes com relação a isso tenham direito quando quebram seus votos ao abrigarem-se sob a alegação de boas intenções. Mas o que é muito importante é que, mesmo quando tivermos razões para acreditar que os homens têm um bom motivo, isso não justificará o menor desvio da vontade de Deus em relação à adoração.

Presumimos que Uzá, cujo caso está registrado em 2Samuel 6:6-7, pode ser considerado uma boa ilustração de um inovador bem-intencionado, como qualquer um pode ler ou bem imaginar. Diz-se: “E, quando chegaram à eira de Nacom, Uzá estendeu a sua mão até a arca de Deus e segurou-a; porque os bois a sacudiam. E a ira do SENHOR se acendeu contra Uzá, e Deus o feriu ali por causa do seu erro; e ali ele morreu junto à arca de Deus”. Isso é demasiado solene e instrutivo.

Podemos também imaginar um bom motivo em nome dos compradores, vendedores e cambistas no portão do templo. Eles podem ter alegado que, fornecendo dinheiro e sacrifícios aos que vieram de longe para o templo, eles estavam real e zelosamente promovendo a adoração a Deus. Mas eles não tinham qualquer autorização divina. O próprio Deus não havia feito tal disposição, e as mesas dos cambistas foram derrubadas (cf. Mt 21.12-14; Mc 11.15-17); ao mesmo tempo em que aqueles homens, quaisquer que fossem os seus motivos ou intenções, foram flagelados e expulsos do templo por um Salvador indignado (cf. Jo 2.13-17) – “Tirai daqui estas coisas; não façais da casa de meu Pai casa de comércio” (Jo 2.16).

Saul alegou um bom motivo quando disse que tinha poupado o melhor das ovelhas e dos bois para sacrificar ao Senhor. Mas Samuel, em nome do Senhor, imediatamente respondeu: “Tem o SENHOR um deleite maior nas ofertas queimadas e sacrifícios do que na obediência à voz do SENHOR? Eis que o obedecer é melhor do que o sacrificar, e o sujeitar-se do que a gordura de carneiros. Pois a rebelião é como o pecado da feitiçaria, e a teimosia é como a iniquidade e idolatria. Como rejeitaste a palavra do SENHOR, Ele também rejeitou a ti como rei” (1Sm 15.22-23).

A súmula e substância, portanto, de todo o argumento retirado da Escritura é que nenhuma adoração deve ser oferecida a Deus, exceto como Ele próprio “designou”. Deve haver obediência simples, absoluta e inquestionável a Deus. Isso não pode ser muito fortemente exigido nos dias atuais, quando os homens que desafiam as Escrituras e seus próprios compromissos solenes estão tentando “melhorar” a adoração a Deus por suas próprias invenções. “Aquele que desvia o seu ouvido de ouvir a lei, até a sua oração será abominação” (Pv 28.9). Por outro lado, Deus diz daqueles que “escolhem as coisas que [Lhe] agradam, e agarram-se a [S]eu pacto. Precisamente, a eles darei eu em minha casa, e dentro de meus muros, um lugar e um

nome melhor do que o de filhos e filhas. Eu darei a eles um nome eterno que não será cortado" (cf. Is 56.4,5). "Também os filhos do estrangeiro que se têm ajuntado ao SENHOR, para servi-lo e para amarem o nome do SENHOR, [...] a eles os levarei ao meu santo monte, e os farei alegres em minha casa de oração" (cf. Is 56.6,7). Mas como um completo contraste a isso: "Ide vós agora", diz Deus, "para meu lugar que estava em Siló, onde, no princípio, eu coloquei o meu nome, e vede o que eu lhe fiz pela perversidade do meu povo Israel" (Jr 7.12). A maldade especialmente referida estava toda conectada com a falsa adoração, concernente à introdução da qual Deus diz: "eu não lhes ordenei, e nem chegou ao meu coração" (Jr 7.31). Daí a sua terrível punição. "Sob todo o céu não se tem feito como se fez sobre Jerusalém" (Dn 9.12). Pela mesma razão, aqueles que desfrutam da plena luz da dispensação do NT, e em uma terra como a Escócia, devem ouvir e temer, e aprender a não agir presunçosamente. "Portanto, tendo recebido um reino que não pode ser removido, retenhamos a graça, pela qual podemos servir a Deus de forma aceitável, com reverência e temor divino. Porque o nosso Deus é um fogo consumidor" (Hb 12.28,29).

A única coisa plausível dita em resposta a tudo isso é que Davi, no Salmo 150, nos ordena a louvar ao Senhor com saltérios, harpas, instrumentos de cordas e órgãos. Sem entrar completamente na questão, duas respostas a isso parecem óbvias:

1. Se esse argumento é bom, e se a linguagem significa mais do que uma exortação figurativa e sincera para louvar o Senhor com coração e alma, ele leva a conclusões absurdas. Gostaríamos de saber como esses objetores, por exemplo, interpretam os seguintes versículos no Salmo 66:13-16, quando lidos ou cantados na Igreja Cristã: "Entrarei na tua casa com ofertas queimadas; pagarei a ti os meus votos, que os meus lábios proferiram, e a minha boca falou, quando eu estava em tribulação. Oferecerei a ti ofertas queimadas de cevados, com incenso de carneiros; oferecerei novilhos com cabras". Tudo isso deve ser interpretado literalmente? Se não, por que não? Então por que o Salmo 150 deve ser literalmente interpretado? E se todos devem ser interpretados literalmente, por que nem todas essas coisas são observadas? Se os homens apenas aplicarem suas mentes à solução desse problema, eles encontrarão uma chave para a interpretação correta do Salmo 150.

Mas mesmo nesse salmo eles podem encontrar uma chave para resolver a dificuldade. Davi, no mesmo salmo, comanda-nos a "dançar", bem como a usar instrumentos musicais: "Louvai-o com o tamborim e a dança" (v.4). Nós sabemos que o próprio "Davi dançou diante do SENHOR com toda a sua força" (2Sm 6.14). Mas nós presumimos que a obrigação de dançar em adoração não é insistida por esses objetores na Igreja Cristã, embora se o argumento deles for bom para alguma coisa, é isso que ele possibilita. Além disso, se isso sequer for um argumento, ele não deixa nenhuma discricionariedade. Se for uma injunção, é uma injunção imperativa, não deixando nenhuma discricionariedade quanto ao dever imposto, ou quanto aos instrumentos a serem empregados. Se essa visão deve ser tomada, a Igreja Presbiteriana tem negligenciado por séculos um dever solene e imperativo. Tudo isso, no entanto, não será sustentado seriamente.

2. Esse não pode ser o significado da passagem; pois Cristo, de quem é a palavra, e seus apóstolos, por admissão universal, não usaram instrumentos musicais no culto do NT. Eles "cantaram" e ordenaram o "cantar", e sua autoridade deve ser considerada conclusiva. Nenhum instrumento, além disso, foi usado no culto da Igreja Cristã por pelo menos oito séculos. Todo

ministro ou oficial da Igreja Presbiteriana é proibido de usar consistentemente tal argumento por seu voto solene, que ele “afirmará, manterá e defenderá ao máximo seu poder”, uma pureza de adoração da qual, como ele perfeitamente bem sabe, todos os instrumentos foram absolutamente excluídos.

II. ISSO NOS LEVA, EM SEGUNDO LUGAR, A CONSIDERAR A QUESTÃO DO CULTO À LUZ DA HISTÓRIA E DA CONSTITUIÇÃO DA IGREJA ESCOCESA.

Nós já provamos que John Knox, o grande Reformador da Escócia, não apenas sustentava que a adoração verdadeira e aceitável deve estar em estrita concordância com uma designação expressa e clara de Deus, mas que toda outra adoração seria idólatra, como implicando uma adoração, pelos homens, de suas próprias vontades e invenções, e não as de Deus. Andrew Melville também, como já foi provado, sustentava a mesma opinião. O Catecismo de Craig, publicado pela primeira vez em Edimburgo, em 1581, prova a mesma coisa. Uma edição abreviada foi publicada para uso geral e, dessa forma, foi usada na Igreja da Escócia até ser substituída pelos Catecismos de Westminster. Sobre o segundo mandamento, o Catecismo de Craig diz:

> Perg. Que coisas são proibidas aqui em geral?
>
> Resp. Toda corrupção do serviço de Deus pelas invenções dos homens.
>
> Perg. Que coisa é desejada aqui?
>
> Resp. Que adoremos a Deus de acordo com a Sua palavra.
>
> Perg. Que tipo de serviço almeja Ele de nós?
>
> Resp. Ambos serviços interno e externo.
>
> Perg. Não podemos servi-lO externamente como quisermos?
>
> Resp. Não; pois esse tipo de serviço é amaldiçoada idolatria.

Quando vamos à Assembléia de Westminster, pela qual nossos atuais Padrões foram enquadrados, não é necessário repetir quão claramente esses Padrões incorporam o mesmo princípio, isto é, que a adoração pura e aceitável deve ser "prescrita" ou "designada" pelo próprio Deus (cf. CFW XXI.1; CMW 108, 109; BCW 50, 51). Mas pode ser importante ressaltar a clara evidência que temos de que, durante a Segunda Reforma, nossos ancestrais insistiram na uniformidade do culto e que nossos comissários em Westminster, e na Assembléia na Escócia, consideraram por seu princípio de adoração claramente excluir a música instrumental e todas as outras coisas abolidas, juntamente com as peculiaridades do serviço do templo.

Por um ato da Assembléia da Escócia de 1643, um diretório para o culto foi designado para ser preparado e relatado para a próxima Assembléia, com a intenção de "que a unidade e a uniformidade possam ser observadas em todo o reino em todas as partes do culto público a Deus". Nossos comissários à Assembléia de Westminster, incluindo os mais eminentes eclesiásticos então na Escócia, relataram em 20 de maio de 1644, que a "pregação pura e

poderosa" havia sido estabelecida, e "OS GRANDES ÓRGÃOS EM PAUL'S E PETER'S, EM WESTMINSTER, RETIRADOS" e "tudo por autoridade, num modo silencioso, ao meio-dia, sem tumulto".

Em resposta, a Assembléia Geral, em 4 de junho de 1644, escreve à Assembléia em Westminster:

> "Fomos grandemente renovados em ouvir as cartas de nossos comissários convosco, sobre os vossos procedimentos dignos de louvor e das boas coisas que o Senhor tem feito entre vós e por vós. Parecerá uma coisa pequena aos nossos olhos que [...] a porta de uma entrada correta aos pastores fiéis seja aberta; muitas corrupções, como altares, imagens e outros monumentos de idolatria e superstição, removidos, desfigurados e abolidos; o livro de culto em muitos lugares, abandonados, e pregações simples e poderosas, estabelecidas; OS GRANDES ÓRGÃOS EM PAUL'S E PETER'S, REMOVIDOS; a capela real, purificada e reformada; os sacramentos, administrados com sinceridade e de acordo com o modelo no monte?"

A partir disso, fica claro que os Teólogos de Westminster, e nossa própria Igreja naqueles dias, teriam feito um breve trabalho com o caso Dunse e com todas as questões da música instrumental na adoração. Isso foi certamente considerado como uma das corrupções do papado. Foi uma das últimas corrupções introduzidas, datando apenas do século VIII, e nunca tendo sequer encontrado admissão na Igreja Grega. Parece ter tido uma existência muito curta na Escócia durante o reinado da superstição romana que precedeu a Reforma.

Calderwood diz de James I da Escócia (cerca de 1420): "Ele trouxe para o serviço divino um novo tipo de canto e música, onde ele próprio era especialista. Eles colocaram uma grande quantidade de religião no canto singular daqueles dias. Os órgãos não eram conhecidos na Escócia antes de seu tempo". Além disso, pode-se afirmar que as Homilias da Igreja da Inglaterra condenam o uso de órgãos em adoração, e que os instrumentos foram removidos completamente durante o período que sucedeu à Assembléia de Westminster, que, na Restauração, dificilmente poderiam ser encontrados na Inglaterra quer organistas quer construtores de órgãos.

Também é um fato importante que, alarmados com o banquinho de Jenny Geddes, nenhuma mudança ocorreu na adoração da Igreja da Escócia, mesmo durante a perseguição e reinado de prelazia de 1661 até 1688. A versão nobre dos salmos que nós ainda cantamos estava em uso, para a exclusão dos hinos humanos, durante todo esse tempo, enquanto os instrumentos de música eram totalmente desconhecidos. Quando a gloriosa revolução ocorreu em 1688, não só foram o sistema prelatício e a supremacia real em assuntos eclesiásticos formalmente abolidos, mas o Ato de 1690, c.5, ratifica e incorpora toda a Westminster Confissão de Fé, como parte da lei do país, bem como o Padrão da Igreja. O Ato de 1693, c. 22, intitulado "Ato para o estabelecimento da calma e da paz da Igreja", decreta o seguinte, *inter alia* [entre outras coisas]:

> "Suas Majestades, com conselho e consentimento ditos anteriormente, decretam e ordenam que a uniformidade de culto e da administração de todas as ordenanças públicas dentro desta Igreja deve ser observada por todos os ditos ministros e pregadores, como os mesmos são atualmente realizados e permitidos nela, ou será declarado daqui em diante pela autoridade dos mesmos que nenhum ministro ou pregador seja admitido ou permaneça daqui em diante, a menos que ele concorde em observar, e de fato observar, a uniformidade acima mencionada".

Não pode haver a menor dúvida sobre qual adoração foi aqui referida, e isso obviamente

implica que todos os inovadores clericais modernos na adoração da Igreja Estabelecida foram privados de seus direitos civis e que, pela aplicação desta lei, eles podem ser expulsos de seus benefícios. Estamos cientes de que é trivial tentar fazer um sofisma em conexão com a frase: “ou será declarado daqui em diante pela autoridade dos mesmos”. É claro, no entanto, que isso não pode, de modo algum, ajudar os inovadores, porque:

1. Isso não pode referir-se a mudanças introduzidas apenas por ministros e sessões da igreja.

2. Nenhuma nova lei da Assembléia foi feita no sentido deste Ato.

3. Qualquer coisa feita ou dita recentemente na Assembléia nunca ultrapassou o Ato Limite e, portanto, não é lei.

4. A mudança implícita, para ser eficaz, deve ter sido feita pelo consentimento conjunto da Igreja e do Estado, caso contrário, a Igreja pode voltar ao papismo e ainda reivindicar subsídios.

5. Qualquer mudança no sentido desse Ato também deve ter sido feita antes que o Ato de Segurança e o Tratado de União tivessem sido aprovados, pois estes estabeleceram as formas de adoração, então existentes, a permanecer em todos os tempos vindouros. Esse é um ponto de muita importância. Em 1707, é dito nos estatutos públicos:

> Segue a exemplificação, sob o Grande Selo da Inglaterra, do Ato do Parlamento desse reino, intitulado: Um Ato para uma União dos dois Reinos da Inglaterra e Escócia, como o mesmo foi transmitido ao Parlamento da Escócia, e ordenou a ser gravado.

Entre outras coisas, “está previsto que os Comissários para esse tratado não deveriam tratar ou concernir qualquer alteração do culto, disciplina e governo da Igreja deste reino, como agora pela lei estabelecida; cujo tratado sendo agora reportado ao Parlamento, e sendo razoável e necessário que a verdadeira religião Protestante, como presentemente professou-se dentro deste reino, com a adoração, disciplina e governo da Igreja, deveria ser assegurada de modo efetivo e inalterável. Portanto, Vossa Majestade, com conselho e consentimento dos estados do Parlamento, por meio deste, estabelece e confirma que a dita religião protestante, e o culto, disciplina e governo desta Igreja continuem, sem qualquer alteração, para o povo desta terra em todas as gerações sucessivas”.

O Ato de Segurança, de 16 de janeiro de 1707, repete tudo isso, e declara ser “uma condição fundamental e essencial de qualquer tratado ou união a ser celebrado entre os dois reinos, sem qualquer alteração ou derrogação a ele de qualquer espécie, para sempre”. Todo o Estabelecimento da Revolução, portanto, deve ser derrubado antes que a adoração da Igreja Presbiteriana Estabelecida possa ser legalmente alterada.

Tendo assim tomado tais dores para guardar a adoração simples e escriturística da Igreja Presbiteriana de inimigos de fora, igual fervor e cuidado foram manifestados em assegurá-la contra os traidores internos. Entre as questões colocadas a todos os ministros (as análogas colocadas aos anciãos e diáconos) foram e são as seguintes:

Você sinceramente possui e acredita em toda a doutrina contida na Confissão de Fé, aprovada pelas Assembléias Gerais desta Igreja e ratificada por lei no ano de 1690, como sendo fundamentada sobre a Palavra de Deus? E você reconhece a mesma como a confissão de sua fé? E você irá firme e constantemente aderir a ela, e, ao máximo de seu poder, investir, manter e defender a mesma, e a pureza do culto como praticado atualmente nesta igreja nacional e afirmado no Ato 15, Assembléia de 1707, intitulado: Ato contra Inovações no Culto de Deus?

Novamente –

E que, de acordo com o seu poder, você manterá a unidade e paz desta Igreja contra o erro e o cisma, a despeito de qualquer dificuldade ou perseguição que possa surgir? E que você não seguirá quaisquer cursos divisivos da presente doutrina, adoração, disciplina e governo estabelecidos desta Igreja? (A Prática das Cortes da Igreja de Hill, p. 61-2).

As questões colocadas aos ministros da Igreja Livre e outros oficiais são quase idênticas − a referência à ratificação por lei e ao Ato contra inovações sendo omitida, por razões ligadas à Ruptura, mas, certamente, não com a mais remota intenção de enfraquecer as obrigações assumidas por todos os nossos ministros, presbíteros e diáconos de manter toda a pureza de adoração, de acordo com os Padrões.

O Ato de 1707, no entanto, tememos que seja pouco conhecido. O fato de ter sido feito pela Igreja na época da União prova o extremo zelo que existia em assegurar a pureza da adoração, mesmo em relação à própria Igreja. O fato de que todos os ministros da Igreja Estabelecida estão solenemente comprometidos com esse Ato é uma clara evidência de sua verdadeira posição e dever, enquanto a presunção de desconsideração de seus termos e obrigações por parte de alguns ministros prova quão endurecidos e desavergonhados os homens podem se tornar em transgressão.

É quase inacreditável que ministros inovadores deveriam não apenas aceitar esse Ato, mas também impô-lo a outros, exceto pela dolorosa alegação do *Times* em relação aos ritualistas de que “o clero é a única classe de homens que pode tramar prosperar confortavelmente sem uma consciência”. “Se a luz que estiver em ti for trevas, como será grande as trevas!” (Mt 6:23). Aqui está o ATO CONTRA AS INOVAÇÕES NO CULTO A DEUS, tendo em vista que cada ministro individual da Igreja Estabelecida solenemente prometeu observá-lo como uma condição para obter seus direitos e privilégios atuais, enquanto cada ministro da Igreja Livre está igualmente vinculado e comprometeu-se de modo igualmente forte e obrigatório:

ATO VX. 1707.

A Assembleia Geral, levando a sério a consideração de que a pureza da religião e, particularmente, do culto divino e sua uniformidade é um sinal de bênção para a Igreja de Deus; que tem sido a grande felicidade desta Igreja, desde a sua reforma do papado, ter desfrutado e mantido a mesma [pureza] em uma grande medida; que quaisquer tentativas feitas para a introdução de inovações na adoração a Deus tem sido de consequências fatais e perigosas; igualmente, pelo 5º Ato do Parlamento anno 1690 e o 23º Ato do Parlamento de 1693, e o Ato recentemente aprovado para a segurança do atual Estabelecimento da Igreja, a pureza e a uniformidade de culto supracitadas são expressamente previstas e, sendo bem informado pelos representantes enviados de vários presbitérios desta Igreja que inovações, particularmente no culto público a Deus, são, nos últimos tempos, criadas em alguns lugares nas assembleias públicas, dentro de seus respectivos limites, e que esforços são usados para promover as mesmas por pessoas de insatisfação conhecida com o atual estabelecimento tanto da Igreja quanto do Estado, introdução das quais não foi tão intentada durante a antiga prelazia; e considerando também que tais inovações são perigosas para esta Igreja e manifestamente contrárias ao nosso princípio conhecido (o qual é de que nada deve ser admitido no culto a Deus além do que é prescrito nas Sagradas Escrituras) para a prática constante desta Igreja, e contra as leis boas e louváveis

> feitas desde a antiga feliz Revolução para estabelecer e assegurar o mesmo em sua doutrina, adoração, disciplina e governo, e que elas tendem ao fomento de cisma e divisão, para a perturbação da paz e da quietude tanto da Igreja quanto do Estado; portanto, a Assembleia Geral, movida com zelo pela glória de Deus, e pela pureza e uniformidade de Sua adoração, elimina a prática de todas essas inovações no culto Divino dentro desta Igreja e exige que todos os ministros desta Igreja, especialmente aqueles que estão ligados a tais inovações, devem, ou podem dever, apresentar para o seu povo o mal das mesmas; seriamente exortá-los a se precaverem delas; lidar com todos aqueles que praticam as mesmas a fim de sua recuperação e reforma; e instruir e capacitar a comissão desta Assembléia a usar todos os meios adequados, aplicando-se ao Governo ou de outra forma, para suprimir ou remover todas as tais inovações e prevenir os males e perigos que possam advir para esta Igreja.

Ver-se-á que o seu juramento, da maneira mais forte, conduz os ministros da Igreja a todos os Atos relacionados com a Revolução Estabelecida e o Tratado de União, especialmente no que diz respeito à pureza e uniformidade de culto.

O professor Dunlop, escrevendo imediatamente após o período em que esse Ato foi aprovado, presta o seguinte tributo ao clero escocês da época que, infelizmente, com toda a nossa vanglória, ninguém se arrisca agora a repetir: “Até agora”, diz ele, “como sabemos, não há um único membro da Igreja na Escócia (e temos certeza de que nenhum deles se arriscará contrariar), que não queira, ao assinar sua Confissão, reconhecer sua crença sincera de todas as doutrinas contidas nela, como todo o mundo deve entender as palavras no sentido mais simples e mais fácil” (Prefácio às Confissões de Dunlop, p. 16).

Esse mesmo eminente homem, escrevendo, como dissemos, imediatamente após o Ato 1707, a saber, em 1717, ou apenas dez anos depois do Ato contra as inovações e o Tratado da União, pronuncia um elogio eloquente sobre a adoração simples e escriturística da Igreja da Escócia; e, mesmo que o assunto não fosse claro, além da possibilidade de dúvida, ele fornece clara evidência incidental do que era o culto ao qual os ministros estavam e ainda estão solenemente empenhados, e que nenhum instrumento de música era permitido naquela adoração. Aqui está a passagem a que nos referimos:

> Nós, de igual forma, celebramos a bondade de Deus, que levou a nossa Reforma a tão alto grau de perfeição em relação ao nosso governo e adoração, e os libertou de toda aquela pompa que obscurecia a glória do serviço do evangelho e todas essas superstições e insignificantes invenções de uma decência e ordem imaginárias que sujava a beleza e o brilho divino daquela nobre simplicidade que distinguia as devoções dos tempos apostólicos. E nossa Igreja se gloria na simplicidade primitiva de sua adoração mais do que em todos os ornamentos estrangeiros emprestados deste mundo, embora estes pareçam, de fato, incomparavelmente mais encantadores para as mentes terrenas.
>
> Nós somos conscientes de que é uma consequência necessária da natureza de nossa Reforma nestas particularidades que não haja mais nada em nossa adoração que seja apropriado para cativar os sentidos da humanidade, ou divertir sua imaginação. Nós não temos magnificência e esplendor de devoção para ofuscar o olhar, NEM HARMONIA DA MÚSICA INSTRUMENTAL PARA AVIVAR NOSSA ADORAÇÃO E MASSAGEAR OS OUVIDOS DA ASSEMBLEIA. A pompa, o espetáculo e a cerimônia são completamente estranhos em nossas igrejas, e temos pouco em comum com aquela igreja apóstata cujo jugo nós jogamos fora na Reforma, ou com a grandeza exterior e magnificência do templo judaico e seu serviço.
>
> Por essa razão, sabemos que devemos deixar nossa opinião ser desprezada pelos homens deste mundo, que não valorizam nada que é despojado das seduções dos sentidos e imaginam que um vestido rico e chamativo contribui para a majestade e eleva a excelência do serviço religioso − que buscam as mesmas pompa deslumbrante e aparências esplêndidas para adornar seu culto, as quais são encontradas em suas equipagens e mesas, e pensam que uma veneração e um respeito pelo serviço da Igreja devem ser levantados pelos mesmos métodos que estimam e se afeiçoam a um tribunal. Nós nada temos para provar pessoas de tais inclinações; sabemos que eles produzirão os pensamentos mais medíocres e as mais desdenhosas noções de um culto simples e caseiro demais para eles e próprio apenas para a rude e desagradável multidão que não

tem um gosto suficientemente delicado pelo que é verdadeiramente grande e nobre.

Mas, por mais que, com base nisso, possamos ser desprezados pelos grandes e eruditos, a Igreja da Escócia, temos esperança, sempre possuirá publicamente a simplicidade e a clareza de sua adoração como sua glória peculiar, e cremos que estas são, para um olhar espiritual, embelezadas com um brilho que os objetos externos são incapazes e de uma natureza elevada demais para os sentidos perceberem. Ela não tem vergonha de reconhecer seus sentimentos − que as devoções dos cristãos permanecem sem necessidade de ajuda externa dos judeus, que os triunfos do amor absoluto, os poderosos atos de um Redentor, todos os poderes e glórias de uma vida imortal que são representados para admirarmos e meditarmos sob o evangelho, são fontes muito mais nobres de devoção e mais adequadas para unir-se a um zelo alegre e para inspirar as afeições mais fervorosas do que as frágeis ajudas concedidas pela lei, o custo de vestes pontifícias, a glória de um magnífico templo, a cerimônia de adoração e o poder da música.

Nossa Igreja acredita que é um projeto da melhor reforma de coisas elevar os adoradores cristãos acima da grandiosidade dos sentidos e, em vez de um serviço laborioso, introduzir uma adoração digna do Pai dos espíritos, que deve ser verdadeiramente grande e varonil, a beleza e o poder da qual devendo ser espírito e vida, e que, em vez de uma imitação servil do templo, devem ser toda a razão e religião purificadas, e fazer as aproximações mais íntimas ao estado celestial, onde não há templo. E, por mais desprezível que isso possa parecer às mentes terrenas, e desagradável para os sentidos que estão satisfeitos com a aparência e o espetáculo, não temos medo de possuir uma imitação de nosso bendito Senhor e Seus apóstolos na clareza e espiritualidade de suas devoções, e um esforço para copiar o exemplo desses tempos verdadeiramente primitivos nos levará a toda a justa decência e ordem da Igreja do evangelho, e, em conformidade com a simplicidade pura de nosso culto, é embelezada com um brilho superior, e brilha com um brilho que lhe é mais digno, do que quando revestido com as cores mais alegres e envolvido com os mais ricos e mais artísticos ornamentos de fantasia e imaginação humanas. [...]

Que coisas poderosas Deus fez para preservar nossa Reforma para nós em sua extensão e vigor primitivos! E que deliciosa mistura de amor e poder tem adornado a operação de Sua providência incontrolável em nosso favor! Quantos esquemas de políticos Ele explodiu! Que artifícios de príncipes ambiciosos e tiranos, que odiavam a simplicidade de nossa adoração e a liberdade de nossos princípios, Ele derrotou! Que tempestades de perseguição e divisão, também, Ele acalmou! Ele apoiou esta Igreja enquanto lançada naquelas furiosas tempestades e perseguida com a implacável malícia e perfídia dos apóstatas e desertores, e por fim, quando à beira da ruína, Ele nos levou ao refúgio desejado.

"Se não tivesse sido pelo SENHOR, que esteve ao nosso lado, quando os homens se levantaram contra nós; então eles teriam nos engolido rapidamente, quando a sua ira se acendeu contra nós; então as águas teriam nos coberto, e o ribeiro teria passado sobre a nossa alma; Bendito seja o SENHOR, que não nos deu por presa aos seus dentes" (Sl 124.2-6). Ora, o que podemos oferecer ao Senhor por todos os Seus benefícios que se mostrará tão aceitável, enquanto sacrifício a Ele, quanto um valor elevado, um amor zeloso e uma firme adesão àquelas preciosas verdades de nossa Reforma, juntamente com um cuidado constante para adornar nossa profissão dessas pelas belezas da santidade?

Sendo assim, a questão resolvida da maneira mais definida, permaneceu inalterada por mais de cem anos. Em meio aos debates e divisões que surgiram na Escócia durante um período agitado, ninguém tentou interferir no culto da Igreja até o início do presente século. Por volta do ano 1808, uma tentativa foi feita pelo ministro da Igreja de St. Andrew, em Glasgow, para introduzir um órgão em sua igreja, para ser usado no culto público. Isso imediatamente levou à interferência do Presbitério e a um debate público curto e expressivo. Os princípios da Igreja em relação à adoração foram, então, habilmente defendidos e assegurados. Os magistrados também foram informados pelo Sr. Reddie, seu competente escrivão municipal, que a introdução de um órgão na Igreja era ilegal. O órgão foi, consequentemente, interditado e removido. O ministro logo foi transferido para o leste, e uma caricatura, que despertou considerável diversão na época, representava esse teólogo inovador e azarado como se estivesse passando pelas colinas de Shotts em direção a Edimburgo, tocando em um realejo: "Irei não mais para a cidade de lá". O assunto novamente descansou, e assim continuou até a que controvérsia fosse revivida cerca de vinte anos atrás.

Foi revivida em uma variedade de bairros e tem gradualmente progredido, até então deve

ser estabelecida em um modo definido. Na linguagem da nova Associação para defesa da pureza de adoração é dito:

> Neste tempo, um espírito inquieto e inovador tem surgido em certos lugares para a tristeza de presbiterianos iluminados e para a grande perturbação da paz das congregações. Os ministros e outros oficiais da Igreja, esquecendo-se de seus votos de ordenação, têm certas vezes sido os cabeças dessa deserção. O novo espírito manifestou-se em primeiro lugar no desejo de mudar as atitudes antigas e bem ponderadas observadas em nosso culto público, resultando em uma subversão das formas antigas e na atitude mais imprópria de sentar-se ao mesmo tempo em que uma oração é oferecida a Deus. A próxima inovação é em geral a introdução da música instrumental no louvor, o que implica um afastamento ainda mais amplo da pureza escriturística da adoração. Vimos, mais recentemente, a introdução de altares, toalhas de altar e cruzes, anunciando, como poderemos antecipar, mudanças mais radicais e fatais em nosso sistema, se for permitido que as questões sigam seu curso atual. Em uma palavra, podemos dizer de tais mudanças na linguagem da Escritura, que a seu início é como "alguém que deixa a água sair" (cf. Pv 17.14), e que se a autoridade da Escritura na adoração e a obrigação de votos solenes tomados na ordenação for deixada de lado, ninguém pode dizer para que extremos os homens podem prosseguir no fim das contas.

Todas as Igrejas Presbiterianas do Reino Unido foram mais ou menos incomodadas com essas tentativas injustificadas de alterar o culto público a Deus. Algumas das Igrejas Não-conformistas, em particular uma das Igrejas Presbiterianas na Inglaterra, e a Igreja Presbiteriana Unida, embora acreditemos que a questão ainda será levantada, sucumbiram à inovação em matéria de música instrumental, sem alterar seu credo professo e, no entanto, de forma a introduzir uma independência na Igreja. A Igreja Presbiteriana Irlandesa ofereceu uma resistência forte e, até então, bem-sucedida. A questão ainda não foi formalmente levantada na Igreja Livre da Escócia, embora os sintomas de sua abordagem sejam muito aparentes; mas os olhos de todo o país estão agora voltados para a Igreja Estabelecida, e multidões estão ansiosas para saber qual deve ser o resultado da luta naquela Igreja.

A luta na Igreja Estabelecida foi formalmente inaugurada pelo falecido Dr. Robert Lee e alguns aliados. Ele publicou um volume intitulado "A REFORMA DA IGREJA DA ESCÓCIA NO CULTO, GOVERNO E DOUTRINA. PARTE I: CULTO". Esse foi um programa assombroso e parecia apontar para uma completa revolução eclesiástica. A primeira parte apenas, no entanto, foi publicada. Podemos adivinhar, a partir desse, o que os outros teriam sido. A teoria do Dr. Lee parecia ser que, como a Igreja Estabelecida da Escócia havia sido enfraquecida pela Ruptura e agora deve depender principalmente da Igreja da Inglaterra em busca de apoio, seus líderes deveriam moldar seu curso com essa consideração em vista, e ele mesmo, sem esperar por qualquer sanção eclesiástica, passou a introduzir um órgão e uma liturgia, como duas parcelas, presumimos, de uma adaptação necessária. Isso naturalmente deu origem à discussão e oposição. Infelizmente, contudo, o assunto ainda não foi tratado de modo a efetivamente estabelecer inovações, tanto na prática quanto na teoria, para conservar a antiga posição presbiteriana.

A Igreja Estabelecida deste país não tem posição legislativa, exceto sob o Acordo da Revolução, que exclua expressa e fortemente as inovações no culto. Se este for abandonado, a reivindicação da Igreja Estabelecida cessa, e ela se torna praticamente desestabilizada por seu próprio ato e ação. Por isso, muitos dos inimigos do Estabelecimento da Igreja e de todos os Estabelecimentos da Igreja têm olhado com exultação silenciosa para as recentes inovações, na expectativa de que os líderes da Igreja a conduzirão às rochas e lhes pouparão problemas. A luta, no entanto, ainda não terminou, e um poderoso partido está surgindo na Igreja e no país, impulsionado por pontos de vista e princípios mais patrióticos e iluminados. A questão é nova, mas na medida que o conhecimento é difundido, o partido da Constituição aumentará sem

dúvida.

Entretanto, é importante saber que, sejam quais forem as aberrações toleradas na prática da Igreja Estabelecida, nenhuma alteração foi feita na antiga constituição em relação à adoração. Pelo contrário, os antigos princípios foram claramente afirmados, embora infelizmente não sejam firmemente aplicados. As questões estão assumindo uma forma tão séria, que a Assembleia não poderá mais arquivar a questão por razões técnicas, e, como a liturgia foi condenada, a próxima Assembleia será convocada para decidir se eles estão preparados para proibir os órgãos, excluir altares, toalhas de altar e cruzes do santuário e para verificar as suposições inovadoras de ministros e sessões não-saudáveis de igreja. Se isso não for feito, a questão pode assumir uma forma séria nos tribunais civis.

O estado do caso é o seguinte: em 1865, a Assembleia Geral da Igreja Estabelecida referia-se a certas inovações como introduzidas "sem consultar ou ser autorizadas por seus respectivos Presbitérios ou outros judicatórios competentes, e sob o pretexto de uma independência congregacional de seus Presbitérios com respeito a tais assuntos". Eles acrescentam: "E, considerando que tais procedimentos são inconsistentes com os princípios do governo da Igreja Presbiteriana, como sempre mantidos por esta Igreja e reconhecidos e confirmados por lei sob a Lei do Parlamento de 1592, comumente conhecida como a Carta da Igreja, e vários outros estatutos, de acordo com os quais o poder de regulamentar todos esses assuntos é exclusivamente de Presbitérios; tais procedimentos podem, portanto, não apenas colocar a Igreja em colisão com as autoridades civis, mas devem, a menos que seja em tempo verificados, provar subversão de nossa constituição presbiteriana pela introdução de um sistema prático de independência congregacional ou parlamentar [sessional]" [...] "A Assembleia Geral proíbe estritamente todos os ministros e oficiais de assumir jurisdição independente em tais assuntos como inconsistente com os votos de submissão prometidos por eles em ordenação às cortes superiores, sob pena da mais alta censura", etc.

Ora, esse foi certamente o tom certo para a Assembleia assumir, e indicou uma clara percepção do verdadeiro espírito do sistema presbiteriano e do perigo, mesmo com referência ao governo civil, das inovações que alguns estavam ansiosos para introduzir. E, embora no ano seguinte tenha sido feita outra declaração, um tanto modificada, não estamos preparados para dizer que ela foi essencialmente diferente em princípio. Se a Igreja tivesse consistentemente mantido suas próprias leis, ou se a Igreja agora estivesse firmemente preparada para mantê-las, não vemos que qualquer alteração teria sido feita na Constituição, especialmente porque nenhuma abertura sobre o assunto foi aprovada sob o Ato de Limites. No entanto, embora haja um grande mal-entendido sobre esse assunto, citamos o Ato 1866 como está escrito. Ele é intitulado "Ato Declaratório quanto às Mudanças sobre as Formas de Adoração e outros Arranjos Eclesiásticos sancionados pelas Leis e Usos Estabelecidos desta Igreja", e diz o seguinte:

> Considerando que surge de certas aberturas de Presbitérios, e outros, que o Ato Declaratório n. VII. dos Atos da Assembleia Geral de 1865, quanto às mudaças nas formas de adoração e outros arranjos eclesiásticos, foi mal-entendido em vários lugares e que uma declaração mais completa e explícita da lei é convocada e necessária, a Assembleia Geral, ao aderir ao seu princípio, recorda o referido Ato e, a fim de realizar mais efetivamente os propósitos realmente contemplados no mesmo, decreta e declara:
>
> Que o direito e dever de manter e impor a observância das leis e usos existentes da Igreja nas congregações ou igrejas particulares, ou dentro de seus limites, em assuntos relacionados à realização do culto público e a administração de ordenanças, pertencem e são responsáveis aos Presbitérios da Igreja, sujeitos sempre à revisão dos tribunais superiores da Igreja, e que enquanto a interferência desnecessária com o governo de

> Igrejas particulares deve sempre ser evitada, é dever dos Presbitérios, quando, por qualquer meio legal e constitucional, a suposta existência ou proposta de introdução de qualquer inovação ou prática nova no desempenho do culto ou administração de ordenanças, em qualquer congregação, chegar a seu conhecimento, tomar conhecimento das mesmas e, após tal investigação, como as circunstâncias do caso parecem exigir, ou sem investivação, se nenhuma parecer necessária, seja ordenar a descontinuação ou proibir a introdução de tal inovação como sendo, em sua opinião, inconsistente com as leis e usos estabelecidos da Igreja ou uma causa de divisão na congregação particular, ou sendo incapaz de qualquer causa em ser usada na adoração de Deus, seja em geral ou nas Igrejas em particular; ou descobrir que nenhum caso foi declarado a eles convocando sua interferência; ou declarar outra deliberação no dito assunto, como em seu julgamento parecer autorizado, em virtude das circunstâncias do caso, das leis e dos costumes da Igreja, sendo sempre competente submeter tal deliberação à revisão das cortes superiores da Igreja em forma comum. E a Assembleia Geral novamente ordena a todos os ministros e oficiais da Igreja, sob pena de censura, que observem e obedeçam às injunções dadas por seus Presbitérios em todos esses assuntos, por tanto tempo e na medida que as mesmas permaneçam irreversíveis ou invariáveis pelos tribunais superiores.

É claro que isso não é, em sua substância, inconsistente com o Ato anterior ou com a Constituição Presbiteriana. É apenas consideravelmente diluído, amplificado e, aparentemente, um pouco abrandado; mas em vez de dar expressão direta a qualquer inovação, ele claramente impõe a observância das leis e usos estabelecidos da Igreja, embora não tão peremptoriamente como poderia ter sido desejado, enquanto o simples sentimento de congregações, que se juntaram voluntariamente à Igreja, pode não ter nada a ver com questões de direito. As inovações existentes, portanto, até onde podemos ver, são totalmente ilegais; e passa de nossa compreensão o modo como foram ignoradas pelos presbitérios e Assembleia Geral.

A pureza de adoração praticada na Igreja Presbiteriana desde a Reforma não foi imposta a ela de fora. Foi o resultado de sua própria visão da Escritura e de sua própria escolha consciente. Não, ela foi mantida por uma luta determinada e heroica por eras, por parte dos mais nobres filhos. A designação de todos os seus ministros, além disso, só é feita condicionalmente; a condição é que, antes de sua determinação, ou de adquirir quaisquer direitos, eles declarem e subscrevam sua adesão a todos os seus princípios e peculiaridades característicos. Alegar que eles podem, posteriormente, colocar tais declarações em desafio e ainda manter seus ofícios é ultrajar a moralidade e derrubar a liberdade da Igreja e de suas congregações. Nenhum homem é forçado a se tornar um de seus ministros. Todos entram no ofício e tomam os votos necessários com a liberdade mais irrestrita e, se estão insatisfeitos e desejam introduzir novidades, eles estão na mais perfeita liberdade para se retirarem e participarem de uma comunhão mais congenial. Os homens honestos, ao descobrirem que não podem cumprir seus votos, certamente adotarão essa alternativa − irão se retirar e sofrerão as consequências.

É inútil dizer que as “inovações” atualmente em questão são pequenas. Mesmo se isso fosse verdade, isso apenas formaria um agravante da ofensa, como prova de quão pequena é a tentação que os homens produziram em sua fúria por novidade e mudança. Não devemos esquecer que o voto de tais [oficiais] à vista de Deus não é meramente evitar grandes mudanças. Eles prometeram solenemente seguir “nenhum curso divisivo” da adoração que foi autorizada e tem sido praticada na Igreja, mas, ao contrário, defender essa adoração “ao máximo de seu poder”.

Ainda assim, a mudança em questão não é uma questão pequena. Ela cruza a linha entre as observações designadas e as eliminadas, entre a devoção simples e a estética. Ela entra na

região da adoração sensual e sentimental; abre as comportas e expõe a Igreja a uma inundação de erros e mudanças. É igualmente inútil argumentar o exemplo de outras Igrejas Presbiterianas, uma vez que devemos evitar seus erros, em vez de copiar seus defeitos. Era orgulho de nossos primeiros reformadores que a Constituição de nossa Igreja não foi retirada de nenhuma Igreja na terra, "nem mesmo de Genebra", mas apenas da palavra de Deus, e não temos qualquer razão, a partir da história de nosso país, para lamentar o que eles fizeram, mas, sim, para bendizer a Deus por essa nobre peculiaridade. Os votos de nossos ministros, além disso, não têm a ver com outras Igrejas, mas exclusivamente com as nossas.

Certamente não é demais esperar que a moralidade da Igreja se afunde ao baixo nível daquele dos mercados. Diz-se que a palavra de nossos comerciantes deve ser "tão boa quanto sua proposta", mas se as faturas de um homem são desonradas, ele é o próximo a ser encontrado na *Gazette*. Por que deveria ser diferente na Igreja e com os ministros do Evangelho? Todos os que desejam bem ao cristianismo devem desejar que a cadeira da verdade nunca seja degradada pela falsidade e pela inconsistência de seus ocupantes. Quando, por outro lado, acontece de outro modo, certamente o dever da Igreja é claro. É muito melhor, além disso, que ela mantenha resolutamente sua própria autoridade, reprima seus indignos oficiais e justifique a pureza de sua adoração do que qualquer apelação se tornasse necessária aos tribunais para repelir a agressividade arbitrária e forçar os homens, mesmo quando em maioria em congregações individuais, a satisfazerem seus gostos injustificados na adoração, se for o caso, em um lugar separado e às suas próprias custas.

O presente estado das coisas não pode continuar. Os homens falam de liberdade, mas a "liberdade" só pode existir onde ela é regulada pela lei. Se cada homem ou maioria em uma congregação fizer o que quiser, o presbiterianismo é impossível, e a liberdade de alguns é a escravidão do restante. Toda consideração aponta, portanto, na direção de "permanecer nos velhos caminhos". A palavra e autoridade de Deus − nosso desejo de obter Sua bênção, a qual "enriquece, e não acrescenta dores" (Pv 10.22); a consideração de que nossa terra prosperou grandemente com a bênção de Deus em conexão à antiga e amadurecida adoração de nossos pais; a certeza de que, se mudanças sob falsos princípios são toleradas, elas gradualmente divergirão em extremos mais amplos; o fato de que essas inovações degradam a adoração de sua grandiosa simplicidade varonil, e devem formar uma formidável obstrução à reunião entre os presbiterianos da Escócia; que elas são essencialmente revolucionárias em sua natureza e lançam um completo descrédito sobre os votos de ordenação dos oficiais da Igreja e aqueles que os administram e recebem − todas essas e outras considerações combinam-se em exigir que aqueles que administram os assuntos de nossas Igrejas atuem com firmeza iluminada e imparcial. Se não − se os oficiais das Igrejas seguirem uma política carnal e impor votos que permitem ser desconsiderados, e a Igreja, em vez da cidadela da verdade, tornar-se um reduto de corrupção e falsidade −, a Igreja Estabelecida não deve apenas se tornar indefensável, mas tal estado de coisas deve consumir como um câncer, e há uma perspectiva sombria diante de nossa terra e de nossos filhos.

Bem podemos perguntar: deve a longa luta de séculos na Escócia ter um fim tão vergonhoso nestes dias de ostentação? Foi por isso que Knox e Melville enfrentaram a fúria dos monarcas, e que nossos nobres Covenanters nas colinas da Escócia foram abatidos por uma tropa impiedosa, professando sua adesão inalterável à adoração, doutrina e governo da Igreja

Presbiteriana? Certamente não convém a isso, embora possa servir às visões indignas de alguns degenerados. Em todo caso, sabemos qual será o fim último da grande luta. A verdade de Deus e o Deus da verdade devem e irão triunfar, e “ao cair da noite estará claro” (cf. Zc 14.7).

Digamos na linguagem do nobre Samuel Rutherford, confiando naquele que tem sido nossa morada em todas as gerações: “A noiva ainda cantará como nos dias de sua juventude; a Salvação será seus muros e baluartes (cf. Is 26:1). A oliveira seca deverá brotar novamente, e os ossos secos mortos deverão viver, pois o Senhor profetizará aos ossos secos e o Espírito virá sobre eles e viveremos (cf. Ez 37.1-14)”. “Esperar”, diz ele novamente, “sempre foi uma questão abençoada; e guardar a palavra da paciência de Deus ainda mantém os santos secos em água, refrigerados no fogo, respirando e de sangue quente na sepultura”.

Pode haver − provavelmente haverá − novamente uma luta poderosa na Escócia sobre essa questão vital da adoração. A ela está se tornando luxuosa e irreligiosa, e o luxo e a música da sala estar estão sendo transferidos para a Igreja. Algumas pessoas boas tolamente imaginam que, porque a religião vital é tão importante, a ordem divina é bastante imaterial. A religião da família é negligenciada; a santa palavra de Deus é impiedosamente depreciada; a anarquia de todos os tipos está crescendo; intemperança, violação do Sabbath, crime e paupérie, impureza, desonestidade e frivolidade, em parte como resultado da desorganização eclesiástica, são muito comuns. Os homens designados estão promovendo a confusão, ao mesmo tempo que todas as lições parecem perdidas em alguns, a causa do mal, que apenas mergulham mais profundamente no vórtice da mudança.

Para um inteligente patriota escocês, o estado das coisas é triste, mas ainda esperançoso. Enquanto multidões estão de pé consistentemente no antigo fundamento, presbiterianos cegos estão ajudando o avanço da deserção, e antigos inimigos estão imaginando que o presbiterianismo está acabado, ou está prestes a ser abdicado. Os adeptos da prelazia não estão de modo anormal olhando para cima, como se o seu dia de triunfo estivesse próximo.

Mas ainda não é o fim. A grande massa do povo escocês não está contaminada. Mais de 80% deles ainda são considerados presbiterianos. Informações em breve levarão à resistência. O que se quer é mais do Espírito de Deus guiando toda a verdade, pureza, firmeza e consistência cristãs e, ao mesmo tempo, o amor cristão. O nevoeiro da confusão passará, e podemos esperar com carinho para ver o tempo em que os filhos dispersos de Knox ainda serão reunidos em princípios sólidos, e a Escócia novamente se tornará, como em seus melhores dias, uma “terra deleitosa” e um farol de luz para o mundo ao redor.

Para garantir isso, trabalhemos e oremos fervorosamente.